

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

FACULDADE DE ENGENHARIA ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**DESEMPENHO SÓCIO-AMBIENTAL DE DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA ELÉTRICA**

SANTA BÁRBARA D'OESTE

2014

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

FACULDADE DE ENGENHARIA ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**DESEMPENHO SÓCIO-AMBIENTAL DE DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA ELÉTRICA**

QUAIDER OMAR MATTAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Profa. Dra. Maria Rita Pontes Assumpção Alves

SANTA BÁRBARA D'OESTE

2014

DESEMPENHO SÓCIO-AMBIENTAL DE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA

QUAIDER OMAR MATTAR

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 28 de maio de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Maria Rita Pontes Assumpção Alves - UNIMEP

Presidente e Orientadora

Prof. Dr. André Luis Helleno

UNIMEP

Profa. Dra. Fernanda Gabriela Borger

FEA/USP

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, principio de tudo, amor maior, a minha esposa e aos meus filhos, sem os quais não teria conquistado essa vitória.

AGRADECIMENTOS

À minha Esposa Solange pelo apoio irrestrito e amor desmedido que, de perto, acompanhou cada momento desta jornada.

Aos meus carinhosos filhos, Omar, Najla e Nara, fonte de inspiração e amor, pela torcida apaixonada em ver a conclusão de uma importante etapa de minha vida.

Aos amigos Carlos Medeiros, Marcos Cícero e Rom, comparsas fiéis e inseparáveis de minha jornada até o mestrado.

Aos colegas de disciplina, pela recepção, solicitude e amizade.

À Dr^a Maria Rita pelo apoio, por acreditar em mim, pelos valorosos ensinamentos, incentivo e por me permitir transcender os limites da relação professora-aluno.

Aos professores do PPGE-UNIMEP, pelas discussões teóricas e indicações bibliográficas.

Ao Professor André Helleno, pela compreensão, generosidade, disponibilidade e competência no trato das questões da UNIMEP.

Ao meu Pai e minha Mãe, *in memoriam*, eternizados pela força do amor incondicional. Seus ensinamentos e exemplos foram o alicerce para eu entender a importância da formação acadêmica, da ética e da integridade. Minha gratidão, meu mais profundo e sincero amor.

A Deus, Grande Arquiteto do Universo, criador da vida e de todos os recursos necessários à minha evolução, meu humilde reconhecimento e gratidão.

*“Que todos continuemos juntos, lutando pela paz no mundo e pela
solidariedade.”*

Ruth Cardoso (1930-2008).

MATTAR, Quaider Omar. **Desempenho Sócio-Ambiental de Distribuidora de Energia Elétrica**. Dissertação (Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba, 2014.

RESUMO

O presente trabalho analisa se os investimentos sócio-ambientais mostram a aderência da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) à Responsabilidade Social Empresarial (RSE). A análise desta aderência é baseada em indicadores do Balanço Social divulgado pela CEMIG que segue o modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (*Global Reporting Initiative*). São utilizados também outros indicadores que consideram apenas gastos voluntários. O objetivo é verificar se a empresa apresenta aderência aos preceitos da RSE, considerando seus investimentos socioambientais. Foi utilizada análise documental para levantamento dos indicadores disponíveis pela CEMIG, objeto de estudo de caso. Os dados, além dos constantes nos Balanços Sociais, também foram retirados das Demonstrações Financeiras e/ou Balanços Patrimoniais, disponíveis no site da CEMIG e em acordo com as orientações do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. O estudo de caso com análise documental e a abordagem quantitativa para tratamento dos dados, caracteriza que a pesquisa utilizou-se de métodos mistos. A análise, considerando o preceito de voluntariedade nos investimentos para verificar a Responsabilidade Social Empresarial da empresa, conclui não ser possível identificar aderência direta entre os investimentos e o resultado econômico, considerando os investimentos em ações sociais e na mitigação de impactos ambientais.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial, indicadores, desempenho sócio-ambiental, energia elétrica, balanço social, sustentabilidade.

MATTAR, Quaider Omar. Socio Environmental Performance of Electricity Distributor. Dissertation (Master Course Program Graduate in Production Engineering). Methodist University of Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba, 2014.

ABSTRACT

This paper analyzes if social and environmental investments identifies the adherence of CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) on Corporate Social Responsibility (CSR). The analysis of this adherence is based on Social Report disclosed by CEMIG following IBASE model according to GRI (Global Reporting Initiative). Others indicators which take into consideration only volunteer expenditures are also utilized. The goal is to evaluate whether the company provides adherence to CSR's precepts considering its socio-environmental investments. Documental analysis was used to survey CEMIG's available indicators, which is the study's object of this case. The data, besides those on the Social Balances, were also removed from the Financial Statements and/or Balance Sheet, available on CEMIG's website and in accordance with the guidelines of the Accounting Manual for Public Electricity Service. The analysis, considering the voluntary investment precept to verify the company's Corporate Social Responsibility, concludes not to be possible to identify direct adhesion between the investment and the economic outcome, considering the investments in social actions and in the mitigation of environmental impacts.

Keywords: Corporate Social Responsibility, indicators, socio environmental performance, electric power, social balance, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – NÍVEL DE APLICAÇÃO PARA ANÁLISE E CONTEÚDO EXIGIDO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GRI DE SUSTENTABILIDADE	35
FIGURA 2 – INDICADORES COMPARADOS DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS INTERNOS (ISI) COM FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA (FPB) E RECEITA LÍQUIDA (RL).	78
FIGURA 3 – INDICADORES COMPARADOS DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS EXTERNOS (ISE) COM RECEITA OPERACIONAL (RO) E RECEITA LÍQUIDA (RL).	80
FIGURA 4 – INDICADORES COMPARADOS DOS INVESTIMENTOS AMBIENTAIS (IA) COM RECEITA OPERACIONAL (RO) E RECEITA LÍQUIDA (RL).	82
FIGURA 5 – INDICADORES COMPARADOS DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS, EXCLUINDO ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS - ISI-ESC COM (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB).....	85
FIGURA 6 – INDICADORES COMPARADOS DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS, EXCLUINDO TRIBUTOS - ISE-TCOM (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB).	87
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DOS VALORES MONETÁRIOS INVESTIDOS EM ISI, ISE E IA....	88
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS VALORES MONETÁRIOS INVESTIDOS EM ISI-ESC, ISE-T E IA	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - BALANÇO SOCIAL: DEFINIÇÕES DE BALANÇO SOCIAL.....	16
QUADRO 2 – DIMENSÕES DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E CÓDIGO IDENTIFICADOR.....	35
QUADRO 3 – INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO GRI	36
QUADRO 4 – GRI – INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL	38
QUADRO 5 – INDICADORES: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	40
QUADRO 6 – GRI – INDICADORES DE DESEMPENHO: DIREITOS HUMANOS	41
QUADRO 7 – GRI – INDICADORES DE DESEMPENHO: SOCIEDADE	42
QUADRO 8 – GRI: INDICADORES DE DESEMPENHO: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	43
QUADRO 9 – CLASSIFICAÇÃO DAS METODOLOGIAS CIENTÍFICAS.....	50
QUADRO 10 – DETERMINAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ID MODELO IBASE, SEGUNDO PRINCÍPIOS DO GRI (ISI X FPB E RL)	68
QUADRO 11 – DETERMINAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ID MODELO IBASE, SEGUNDO PRINCÍPIOS DO GRI (ISE X RO E RL).....	69
QUADRO 12 – DETERMINAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ID MODELO IBASE, SEGUNDO PRINCÍPIOS DO GRI (IA X RO E RL)	69
QUADRO 13 – ISI-ESC – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS EXCLUINDO ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS: DETERMINAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ID SELECIONADOS, COM VALORES VOLUNTÁRIOS	76

QUADRO 14 – ISE-T – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS EXCLUINDO TRIBUTOS: DETERMINAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ID SELECIONADOS, COM VALORES VOLUNTÁRIOS	77
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (ISI):CEMIG, PERÍODO 2007 A 2011 COMPOSIÇÃO – R\$ MIL	64
TABELA 2 – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (ISE) – CEMIG - PERÍODO 2007 A 2011 - COMPOSIÇÃO	66
TABELA 3 – INDICADORES AMBIENTAIS (IA): CEMIG, PERÍODO 2007 A 2011	66
TABELA 4- COMPARAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (ISI) CONSIDERANDO FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA (FPB) E RECEITA LÍQUIDA (RL)	79
TABELA 5 COMPARAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (ISE) CONSIDERANDO RECEITA LÍQUIDA (RL) E RESULTADO OPERACIONAL (RO)	79
TABELA 6 - COMPARAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS (IA) CONSIDERANDO RECEITA LÍQUIDA (RL) E RESULTADO OPERACIONAL (RO)	81
TABELA 7 – COMPOSIÇÃO DO ISI-ESC.....	82
TABELA 8 – RESULTADOS: INDICADORES COMPARAÇÃO (ISI-ESC) X (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB).....	83
TABELA 9 – CÁLCULO DO ISE-T (ISE EXCLUINDO TRIBUTOS) - R\$ MIL	85
TABELA 10 RESULTADOS - INDICADORES COMPARAÇÃO - ISE-T X (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB)	86
TABELA 11 - EVOLUÇÃO DOS VALORES MONETÁRIOS INVESTIDOS EM ISI, ISE E IA.....	87
TABELA 12 - EVOLUÇÃO DOS VALORES MONETÁRIOS INVESTIDOS EM ISI-ESC, ISE-T E IA.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
CEPAA	<i>Council on Economics Priorities Accreditation Agency</i>
CS	Capital Social
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>
ETHOS	Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social
FPB	Folha de Pagamento Bruta
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IA	Indicadores Ambientais
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ID	Indicadores de Desempenho
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
ISE	Indicadores Sociais Externos
ISEA	<i>Institute of Social and Ethical AccountAbility</i>
ISE-ET	Indicadores Sociais Externos - Excluindo Tributos
ISI	Indicadores Sociais Internos

ISI-EE	Indicadores Sociais Internos - Excluindo Encargos Sociais Compulsórios
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LB	Lucro Bruto
PL	Patrimônio Líquido
RAIP	Resultado Antes dos Impostos e Participações
RL	Receita Líquida
RLE	Resultado Líquido do Exercício
RO	Resultado Operacional
ROB	Receita Operacional Bruta
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SA	<i>Social Accountability Institute</i>
SAI	<i>Social Accountability International</i>
SAM	<i>Sustainable Asset Management</i>
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contexto.....	2
1.2	Justificativa e Proposta	4
1.3	Estrutura	5
2	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE).....	6
2.1	RSE: Evolução e Conceitos	6
2.2	Evolução/Ferramentas/Princípios/Referências para a Responsabilidade Social Empresarial	10
2.3	Balanço Social	14
2.3.1	Objetivo do Balanço Social.....	17
2.3.2	Estrutura do Balanço social.....	19
2.3.3	Demonstrações financeiras - Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Notas Explicativas	20
2.4	Relatório de Sustentabilidade	28
2.4.1	O Modelo do Relatório.....	30
2.4.2	Estrutura do Relatório.....	32
2.4.3	Indicadores de Desempenho.....	35
2.5	Responsabilidade Social empresarial e o Setor de energia Elétrica no Brasil	46
3	METODOLOGIA	48
3.1	Objetivo Geral	48
3.2	Objetivos Específicos.....	48
3.3	Método.....	49
4	A CEMIG E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	54

4.1	A História da CEMIG.....	54
4.2	A CEMIG e sua importância energética e econômica.....	56
4.3	Marcos de Sustentabilidade da CEMIG – Reconhecimentos.....	58
4.4	A RSE CEMIG – Imagem Divulgada.....	59
5	INDICADORES DE DESEMPENHO PARA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	61
5.1	A Análise de Indicadores	61
5.1.1	Indicadores modelo IBASE, segundo os princípios do GRI.....	63
5.1.2	Comparação dos Indicadores Sociais Internos, Externos e Ambientais considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB), Receita Líquida (RL), Resultado Operacional (RO)	66
5.1.3	Comparação dos Indicadores Sociais Internos (ISI) considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB) e Receita Líquida (RL)	68
5.1.4	Comparação dos Indicadores Sociais (ISE) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)	69
5.1.5	Comparação dos Indicadores Ambientais (IA) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)	69
5.1.6	Indicadores com exclusão de Investimentos compulsórios	70
5.1.7	Resultados e Comentários	78
5.1.8	Comparação dos Indicadores Sociais Internos (ISI) considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB) e Receita Líquida (RL)	78
5.1.9	Comparação dos Indicadores Sociais (ISE) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)	80
5.1.10	Comparação dos Indicadores Ambientais (IA) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)	81
5.1.11	Indicadores com isenção de Investimentos compulsórios.....	82
5.1.12	Avaliação da Performance – Valores Monetários.....	87

Evolução dos Valores Monetários de Investimentos Socioambientais divulgados nos Balanços Sociais, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (ISI, ISE e IA).....	87
5.2 Análise dos resultados	90
5.2.1 Indicadores Sociais Internos-ISI	90
5.2.2 Indicadores Sociais Externos-ISE	91
5.2.3 Indicadores Ambientais-IA.....	91
5.2.4 Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios-ISI-ESC	92
5.2.5 Indicadores Sociais Internos excluindo Tributos-ISE-T	93
5.3 Discussão	95
5.4 Análise da aderência da empresa com a RSE, considerando os indicadores modelo IBASE, segundo os princípios do GRI, ISE , ISI e IA	95
5.5 Análise da aderência da empresa com a RSE, considerando os indicadores selecionados, ISE-ESC , ISI-T	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Gro Brundtland, a empresa que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, está efetivamente comprometida com a Responsabilidade social Empresarial (VOLTOLINI, 2011).

Voltolini (2011) destaca que as empresas criam valor para a sociedade não apenas produzindo e distribuindo bem e serviços, mas gerando bem estar social. As empresas são agentes de desenvolvimento, sustentável ou não. Ainda de acordo com Voltolini (2011), a consciência sobre o esgotamento dos recursos do planeta poderá redesenhar as operações de negócios – uma das fontes de pressão para o crescimento chamada “onda verde”. Esta nova direção tem estimulado as empresas líderes a mudar sua forma de produzir considerando a preservação para atender a condições melhores de vida: ar limpo, solo fértil, água potável e clima estável.

Nesse movimento então, as empresas começam a tratar o comportamento socioambientalmente responsável como um investimento, e não mais apenas como custo. As empresas assumem que este comportamento pode ser parte da própria estratégia de um negócio bem sucedido (VOLTOLINI, 2011).

Para isso, as empresas têm voltado suas ações para atenderem a normas que as nomeiem como responsáveis sob as dimensões social e ambiental. Com isso, elas podem divulgar uma imagem positiva de compromissos com a Responsabilidade Sócio Ambiental. Esta dissertação analisa se estas normas são efetivas para mostrar este comprometimento, bem como, se os investimentos da CEMIG mostram a aderência desta empresa com a RSE.

1.1 Contexto

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou corporativa – RSC é definida como contribuição voluntária das organizações para o desenvolvimento sustentável em relação a três dimensões: social, ambiental e econômica, conhecido como *triple bottom line*: pessoas (a sociedade), planeta (ambiental) e lucro (economia) (MACHADO, MACHADO, CORRAR, 2009).

O Instituto ETHOS indica que a RSE é a forma de gestão da empresa orientada pelo compromisso em manter uma relação ética e transparente com todos os públicos influenciados por sua ação (ou que influenciam as diretrizes da empresa), qual seja seus *stakeholders*. A empresa comprometida com a RSE estabelece metas empresariais que alavanque o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais para as gerações futuras, valorizando as características culturais da comunidade em que está inserida, pelo respeito à diversidade e promoção da redução das desigualdades sociais (ROLIM, 2013).

Um crescente número de empresas e pesquisadores reconhece diversas vantagens econômicas e competitivas com práticas e estratégias de RSE.

Björklund (2010) destaca que vários investidores valorizam as organizações responsáveis, aumentando a facilidade das empresas para o aumento de capital para novos projetos.

Rolim (2013) chama a atenção para o fato que, a ausência de responsabilidade social também pode ter uma grande influência sobre a reputação de uma empresa, clientela e *trademarks*, conforme apresentado em Björklund (2010).

A responsabilidade social envolve uma gestão empresarial no que diz respeito ao modo como as empresas agem, sua postura ética e preocupação ambiental e social (MACHADO, MACHADO, CORRAR, 2009).

Desse modo, uma empresa que investe em RSE reconhece que suas ações têm grande impacto na sociedade onde atua e, por isso, está atenta aos

acontecimentos sociais que influenciam seus objetivos comerciais. Sendo assim, promover valores de RSE eleva a reputação de uma organização, levando as empresas ao fortalecimento de sua imagem e ao alcance de maiores lucros.

Nota-se, desta forma, que a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um conceito de grande relevância para os negócios em geral e, no caso de empresas concessionárias de serviços públicos é um compromisso contratual.

É este o caso da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, maior empresa distribuidora de energia elétrica da América Latina, reconhecida mundialmente por suas práticas de gestão sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

As Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, vêm elaborando, por força de dispositivo regulamentar, a partir do exercício de 2002, o Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial. Este relatório, em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, foi instituído pela Agência Nacional das Empresas de Energia Elétrica (ANEEL) - Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e define:

O Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial contempla um conjunto de informações, dentre as quais se insere o demonstrativo contábil: Balanço Social. A elaboração do Balanço Social de uma concessionária tem como condição primeira o reconhecimento de que as empresas não estão somente comprometidas com seus proprietários, mas com a produção do bem estar de toda uma sociedade (ANEEL, 2012).

Vários instrumentos podem ser utilizados para a empresa prestar contas aos seus *stakeholders*, quanto à sua aderência em ser responsável socialmente. Dentre eles, estão: Indicadores de Responsabilidade Social (Instituto ETHOS), normas e certificações (por exemplo, *Social Accountability Institute* (SA 8000), ISO 26000, e indicadores e resultados operacionais divulgados no balanço social, relatório de sustentabilidade, demonstrações financeiras, divulgados

pela CEMIG que segue o modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (*Global Reporting Initiative*).

O Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social – ETHOS orienta as empresas a incorporarem ao planejamento de suas atividades, alguns indicadores para monitorar seu compromisso com a RSE. A norma SA 8000 é um padrão global de responsabilidade social focando as boas condições de trabalho. Tinoco *apud* MACEDO *et al.*, 2011 define o Balanço Social como um instrumento de gestão para esclarecer as informações sociais e econômicas sobre o desempenho das entidades, relevante para identificar o envolvimento da organização com a responsabilidade social. O Relatório de Sustentabilidade é adotado pelas empresas para divulgação de informações sobre sustentabilidade, segundo princípios do GRI (*Global Reporting Initiative*).

1.2 Justificativa e Proposta

A proposta dessa dissertação foi avaliar a evolução do compromisso da empresa CEMIG em ações sociais, iniciativas para preservação ambiental e comportamento ético. Esta avaliação foi realizada, verificando a correlação entre os investimentos em ações sociais / RSE e o desempenho da empresa, analisando os dados apresentados nas Demonstrações Financeiras, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e nos Relatórios de Sustentabilidade e Balanços Sociais, durante o período de 5 (cinco) anos. Com a análise dessa evolução foi avaliado quanto a CEMIG age em aderência com os princípios de RSE. Esta análise é relevante, dado que permite conferir se a aderência divulgada pela empresa com a Responsabilidade Social Empresarial é realmente efetiva.

Desse modo, buscou-se responder ao questionamento central da pesquisa: A Empresa tem evoluído em seus investimentos sociais e ambientais, no período analisado? Existe correlação significativa entre estes investimentos em RSE realizados (nas suas diversas formas e áreas de abrangência, divulgados pela empresa) e seus resultados operacionais?

O objetivo deste estudo foi analisar a evolução da aderência da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), no período de 2007 a 2011.

Foram objetivos específicos deste trabalho, estudar o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, analisar os Balanços Sociais/Relatórios de Sustentabilidade da CEMIG, no período de 2007 a 2011, analisar a variação de Indicadores selecionados no período de 2007 a 2011, comparando-os com resultados operacionais divulgados no Balanço Social, demonstrações Financeiras e Relatórios de Sustentabilidade, e avaliar, por meio destes indicadores, o grau de aderência da CEMIG com a RSE, no período de 2007 a 2011. O trabalho mostra prêmios e reconhecimentos da CEMIG com a RSE.

A hipótese do estudo é: afirma-se que há aderência aos princípios da RSE se a empresa dedica o mesmo percentual de investimentos no período analisado, em pelo menos um dos indicadores que não considerem valores compulsórios nos investimentos sócio-ambientais.

1.3 Estrutura

Após a introdução, segue o capítulo 2 em que foi realizada a revisão teórica que embasa o desenvolvimento desta dissertação. São abordos os seguintes assuntos: evolução do conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e maneiras que uma empresa pode ser reconhecida como tal, focando especialmente em Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. Neste capítulo é desenvolvida a argumentação para a proposição dos indicadores selecionados para análise da aderência da CEMIG com a RSE. O capítulo 3 trata da metodologia de estudo desta dissertação. O capítulo 4 apresenta a empresa objeto do estudo de caso com análise documental, no caso a CEMIG, destacando os esforços que a empresa empreende na divulgação de seus resultados com a RSE. No capítulo 5 apresentam-se os indicadores selecionados que servem para a análise no período de 2007 a 2011. Por fim são feitas as considerações finais.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)

Este capítulo aborda o conceito de RSE, mostrando sua evolução, princípios e instrumentos para sua verificação, aqueles utilizados no trabalho: Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. Também são apresentados outros índices que declaram a RSE de empresas.

2.1 RSE: Evolução e Conceitos

Macedo *et al.* (2011) apresenta o início da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Corporativa – RSC como sendo nos EUA no início do século XX. Este começo veio contrapor-se à desilusão da população frente às “promessas do liberalismo econômico”, após o *crash* da Bolsa de Nova Iorque. Estes autores destacam que, até então, as preocupações com responsabilidade social das empresas restringiam-se a: (i) produção de bens e serviços; (ii) geração de lucros; (iii) criação de empregos; e (iv) garantia de segurança no ambiente de trabalho. Já Rodrigues (2013) contrapõe-se a esta compreensão, quando diz que ser socialmente responsável neste período, significava manter a empresa aberta, maximizando lucros, gerando empregos e pagando tributos, sem qualquer preocupação com questões ambientais ou trabalhistas. Savitz e Weber (2007) interpretam que, na década de 1920, a noção de responsabilidade social das empresas se manifestou sob a forma de filantropia, pela criação das Fundações Caritativas por John D. Rockefeller, Henry Ford e Andrew Carnegie nos Estados Unidos da América. Esses autores indicam que, apenas nas décadas de 1930 e 1940, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial passou a incluir direitos trabalhistas.

Bowen (1953) foi o responsável pelo início do debate sobre Responsabilidade Social no ambiente empresarial, com o seguinte questionamento: “Quais responsabilidades devem ser esperadas que os homens de negócios assumam para com a sociedade?” Segundo Macedo *et al.* (2011), devido ao cenário de contestações da década de 1960, caracterizado por forte turbulência social, as empresas tornam-se foco de reivindicações baseadas em princípios revolucionários e pela mobilização social, dando continuidade ao debate de Bowen (1953). Assim, Davis (1960), compreende a Responsabilidade Social como referente às decisões e ações, tomadas pelos homens de negócios, por razões que extrapolam interesses econômicos e técnicos diretos. McGuire (1963) afirmou que “[...] a utilização da Responsabilidade Social supõe que as empresas não possuem apenas obrigações econômicas e legais, mas também responsabilidades para com a sociedade”. É desta época que surgem os primeiros relatórios sociais (TINOCO, 2009). Os Relatórios Sociais comunicam e mensuram as ações da empresa relativas à suas práticas em Responsabilidade Social Corporativa (RSC), demonstrando sua preocupação com as pessoas e a vida no planeta. Qual sejam estes relatórios dão transparência às atividades e esforços das companhias direcionados à qualidade de vida das pessoas, construindo maior vínculo entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (CONCEIÇÃO *et al.*, 2011).

Santana *et al.* (2006) declaram que, na década de 1970, o termo RSE passou a expressar o desempenho social corporativo, embora fosse um conceito sem instrumentos consolidados para sua confirmação. As empresas, a partir de então, ampliam o universo de suas decisões. Além do desempenho em seus negócios, a empresa preocupa-se com a repercussão das suas ações no plano social. Esta visão está subordinada a um julgamento moral, segundo a “*business ethics*” (MACEDO *et al.*, 2011).

Drucker (1984), na década de 1980, sugere que as empresas poderiam converter atividades pró-responsabilidade social em oportunidades de negócio. Em 1979, Carroll (1979) definiu RSE como o desempenho corporativo em quatro categorias de responsabilidade: econômica (desempenho); legal

(contrato social entre a empresa e a sociedade); ética (atendimento a leis e regulamentações) e discricionário-filantrópicas (contribuições de natureza voluntária por parte das empresas) (CARROLL, 1979).

Temas alternativos continuaram surgindo no campo da RSE, na década de 1990, como desempenho social corporativo, teoria dos *stakeholders*, teoria ética dos negócios e cidadania corporativa (BORGER, 2001). Nos anos 2000, estudos empíricos que tratam da relação entre desempenho social e financeiro corporativos conquistaram espaço ainda maior, quando a RSE/RSC é considerada como recurso estratégico, associada à imagem, credibilidade, transparência e ética, além de resultados financeiros (SANTANA *et al.*, 2006).

A teoria dos *stakeholders* define Responsabilidade Social Empresarial – RSE, como as obrigações para com a sociedade ou, mais especificamente, com os seus *stakeholders*, ou seja, aqueles afetados pelas políticas e práticas corporativas (SMITH, 2003). Enquanto que “a adoção de práticas socialmente responsáveis é relacionada aos interesses dos ‘proprietários’ e inseridas no ambiente estratégico empresarial de sobrevivência, de rentabilidade e de valor de mercado” (MACEDO *et al.*, 2011 *apud* MILANI FILHO, 2007), as empresas buscam também benefícios para seus funcionários, fornecedores, compradores de seus produtos e a comunidade sob influência de suas atividades.

Alertando que o desenvolvimento sustentável exige, constantemente, escolhas inovadoras e novas formas de pensar, as diretrizes do GRI baseiam-se no conhecimento e na tecnologia para contribuição do crescimento econômico e solução dos riscos e danos que esse crescimento traz à sustentabilidade das relações sociais e do meio ambiente. “São desafios que as organizações devem enfrentar em relação aos impactos de suas operações, produtos, serviços e atividades sobre as economias, as pessoas e o planeta” (GRI, 2006).

A RSE tem como expectativa a transparência como componente fundamental nas relações com os *stakeholders* na busca pela sustentabilidade. Para atender a essa expectativa, a missão da GRI é compartilhar globalmente um

conjunto de conceitos, uma linguagem coerente e uma métrica, oferecendo uma referência confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, e que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades. Constitui a visão da GRI que a divulgação ambiental, social e do desempenho econômico torne-se comum e comparável como os relatórios financeiros, tão importantes para o sucesso organizacional (GRI, 2006).

Outra abordagem é responsável por estudos que se concentram na gestão de temas sociais, no desempenho social corporativo (*Corporate Social Performance CSP*), buscando explicações para a relação existente entre a responsabilidade social e maiores ganhos. Estes estudos abordam a responsabilidade social no contexto da teoria institucional, buscando a eficiência e a legitimação para sobrevivência da empresa (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

No Brasil, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, segundo Fischer (2003), aparece associado às iniciativas empresariais de intervenção social, ou de apoio a projetos, programas voltados à ação social. Santana *et al.* (2006), observam que muitas empresas são motivadas a adotarem estes programas de intervenção, motivadas pela percepção crescente de que o exercício da Responsabilidade Social pode trazer retornos. Fischer (2003) destaca que, a Responsabilidade Social é tomada como um conceito amplo, no qual a empresa, preservando seus compromissos de negócio, cria métodos, planos e incentivos, para que, interna e externamente, consiga colaborar com as expectativas de equilíbrio e justiça da sociedade, podendo extrapolar as funções que estão estabelecidas em lei e os próprios interesses inerentes aos seus negócios. Jones (1980) analisa desempenho social corporativo e seu relacionamento com o desempenho financeiro (SANTANA *et al.*, 2006).

Segundo Ludícibus *et al.* (2001) *apud* Pinto e Ribeiro (2004), o Balanço Social busca prestar contas pelo uso do patrimônio dos recursos naturais e humanos. Estes relatórios são as principais ferramentas para que os usuários verifiquem como estão sendo utilizados e aplicados esses recursos, reforçando a imagem e cumprindo sua função sócio-ambiental. A divulgação dessas informações

pode trazer benefícios para as empresas, tais como a atração de investidores socialmente responsáveis, aumento do preço das ações e redução do custo de capital (MURCIA *et al.*, 2009). A publicação das informações sociais pode ser interpretada como uma prestação de contas da empresa à sociedade quanto ao uso dos recursos naturais e humanos utilizados para manutenção plena de sua atividade empresarial.

Tinoco (2009) sustenta que os primeiros relatórios sociais surgiram quando trabalhadores, especialmente da Europa e Estados Unidos da América, passaram a fazer exigências às organizações no sentido de obterem informações relativas a seu desempenho econômico e social (especialmente àquelas relativas a emprego). O amadurecimento dessas discussões acabou por resultar na implantação de práticas de evidenciação social corporativa, na França, a partir de 1977, que delimitava seu escopo basicamente em informações relativas a recursos humanos.

2.2 Evolução/Ferramentas/Princípios/Referências para a Responsabilidade Social Empresarial

Os autores Soratto *et al.* (2006) argumentam que o modelo de origem norte-americana, tornou-se um dos mais importantes, oriundo da experiência de grupos de trabalhos que incluem especialistas e representantes de *stakeholders*: a CEPAA – *Council on Economics Priorities Accreditation Agency*, organização não-governamental, atualmente, chamada SAI – *Social Accountability International*. O *Social Accountability 8000* – SA 8000 foi elaborado em outubro de 1997, passando a ser a primeira certificação global com foco na responsabilidade social de empresas.

Alledi e Quellas (2002) declaram que o SA 8000 constitui um sistema de auditoria similar à ISO 9000, estando estruturado em nove elementos básicos: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horários

de trabalho, remuneração e sistema de gestão. Essa certificação baseia-se em diretrizes internacionais de direitos humanos para assegurar condições dignas de trabalho. Esses autores apontam limitações, pois foca apenas na garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores e é mais adaptável às empresas que possuem centro de compra e processos produtivos industriais.

Augusto e Yanaze (2008) apresentam que, em 1999, o ISEA – *Institute of Social and Ethical AccountAbility*, de Londres, elaborou a norma *AccountAbility 1000 – AA 1000*, tendo como propósito o levantamento de informações, auditoria e relato social e ético, com enfoque no diálogo com *stakeholders* (ETHOS, acesso em set. 2012). Estes autores notam que essa norma não obteve ainda a abrangência desejada, de se tornar um padrão internacional de gestão da responsabilidade social corporativa, carecendo ainda de adequada divulgação, discussão e conhecimento, que permitam efetivo entendimento de suas aplicações para as diferentes empresas de diversas origens culturais distribuídas pelo mundo.

Outra referência relevante é o *Global Compact* ou Pacto Global. Essa iniciativa foi anunciada em 1999, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, e lançada oficialmente em 2000, na sede da ONU, em Nova York. O objetivo do indicador é “*tornar a economia global mais inclusiva e sustentável, revê as relações do setor privado com a sociedade, em particular com as camadas menos favorecidas*” (ALMEIDA, 2007, p. 134). A adesão de uma empresa ao *Global Compact* necessita o envio de carta do presidente da organização pretendente ao secretário-geral da ONU, comprometendo-se com os dez princípios do Pacto Global. Esses princípios são: dois relativos aos Direitos Humanos; quatro referentes aos Direitos no Trabalho; outros três em relação ao Meio Ambiente; e um referente à Anticorrupção (*GLOBAL COMPACT*, acesso em dez. 2010). Sua maior crítica está na maneira em que estão sendo definidos os princípios: Segundo o grupo de trabalho do WBCSD [*World Business Council for Sustainable Development*] e da *AccountAbility*, a evolução do *Global Compact* tem sofrido alguns percalços, tal como o declarado por Almeida (2007), quando da introdução do décimo princípio,

relativo à corrupção, em junho de 2004. Como não foi precedida de consulta democrática ampla, deixou empresas signatárias com uma questão importante: sobre se estariam sujeitas a risco de acréscimos a outros requisitos, igualmente propostos sem discussão prévia. Por um lado, a retirada de sua adesão, deixaria a empresa vulnerável a danos à reputação por tal gesto. De outro lado, a decisão de considerar aspectos de anticorrupção, embora aprovada tanto pelo setor privado quanto por Organizações Não Governamentais (ONGs), teve seu acesso aberto à adesão voluntária, representando risco de atração de empresas com reputação duvidosa.

Uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela ONU, com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social, possui, desde então, uma cartilha disseminando, junto ao público interno, o Pacto Global e a norma SA 8000.

O Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI – *Dow Jones Sustainability Index*) foi lançado em 1999, sendo considerado o primeiro índice a avaliar o desempenho de empresas em sustentabilidade. Com base na cooperação dos índices *Dow Jones* e SAM (*Sustainable Asset Management*) fornecem aos gestores de ativos com *benchmarks* confiáveis e objetivos para gerenciar carteiras de sustentabilidade. Até 2010, havia mais de 70 licenças *DJSI* negociadas por gestores de ativos em 19 países, montando mais de 8 (oito) bilhões de dólares (DJSI, 2010). Uma grande crítica que se faz ao Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade é a participação restrita de empresas, em função de sua aceitação ou aprovação estar condicionada a critérios que podem ser mais desestimuladores que estimuladores. Isto porque, empresas que tenham sido avaliadas desfavoravelmente podem se sentir desestimuladas a melhorarem seu desempenho para os próximos períodos, pois, em função do pequeno e seletivo número de empresas, não vislumbraria sua entrada neste seletivo grupo, a curto ou médio prazo.

Almeida (2007) critica o fato de o IDJS ser desenvolvido em conjunto com a *Sustainable Asset Management* (SAM), que atua na área de investimentos em sustentabilidade, baseado no fato de que a empresa que desenvolveu a

metodologia também oferece ao mercado investimentos baseados no Índice, configurando conflito de interesses, com potencial de perda de credibilidade do IDJS.

A Escala Akatu foi desenvolvida pelo Instituto AKATU – uma organização não-governamental, criada com a finalidade de educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente. Esse critério pode ser utilizado por empresas de diferentes tipos e portes e também para medir o perfil de consciência do consumo individual. Segundo autores, a classificação da empresa na Escala Akatu não é uma certificação, mas, sim, um instrumento de organização e comparação das práticas de responsabilidade social corporativa, por meio de um conjunto de 60 referências, divididas em 17 temas que resultam numa escala de quatro categorias que vai de “zero akatus” a “três akatus”.

Como ponto crítico, a Escala Akatu não caiu no gosto dos consumidores brasileiros como um instrumento de auxílio nas avaliações das organizações socialmente responsáveis. Ainda serve como um referencial, no entanto carece de reavaliação e atualização mais pontual (AUGUSTO; TAKIMURA, 2010).

O Instituto ETHOS preceitua que Indicadores são dados ou informações numéricas que quantificam as entradas, saídas e o desempenho de processos, de produtos e da organização como um todo. Os indicadores são utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo. O Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social foi criado em 1998, por um grupo de empresários e executivos, atuando como pólo de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão para a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Constituída em 2008, oriunda da integração das operações da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros, a BM&FBOVESPA é uma companhia de capital brasileiro, sendo a principal instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de capitais e a única bolsa de valores, mercadorias e futuros em operação no Brasil. Criou-se a crença de que empresa que investe em sustentabilidade estaria mais preparada para

enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais e, conseqüentemente, com maior probabilidade de gerar maiores retornos nas suas diversas operações. Com isso, pode obter crescimento maior nos valores/rendimentos dos acionistas e investidores. Isso resultou em maior procura por “investimentos socialmente responsáveis” representados pela sigla em inglês “SR”. Atualmente há outros instrumentos financeiros no mercado internacional (BM&FBOVESPA, 2010). A BM&FBOVESPA em conjunto com várias instituições – ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente criaram índice para valorização de investimentos Socialmente Responsáveis, o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial (BM&FBOVESPA, 2010). Essas organizações, desejando consolidar esse empreendimento, criaram um Conselho Deliberativo presidido pela BM&FBOVESPA, sendo este o órgão responsável pelo desenvolvimento e aprimoramento do ISE. Esse índice objetiva refletir o retorno de uma carteira de investimentos, composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. Dentre as empresas listadas, estão a CEMIG, ELETROBRÁS, CESP, COPASA, COELBA, CSN, CPFL, dentre outras.

2.3 Balanço Social

Trevisan (2002) reforça o já dito que, embora a existência de manifestações a favor de maior responsabilidade social nas empresas tenha iniciado no início do século XX, somente nos anos 1960, há divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais nos Estados Unidos e, no início da década de 1970, na Europa - particularmente na França, Alemanha e Inglaterra. Esse autor destaca um marco histórico acontecido em 1972, na França: o primeiro Balanço Social elaborado pela empresa Singer. Este fato foi o precursor para aprovação, em 1977, de lei que tornou obrigatória a realização de balanços sociais periódicos para todas as empresas francesas com mais de 700 funcionários, número que posteriormente baixou para 300 (TREVISAN, 2002, p. 2). Já em países como

Estados Unidos, Bélgica e Alemanha as empresas elaboram seus Balanços Sociais por exigência da sociedade. A lei francesa expressa o que Tinoco (2009) ressalta:

[...] a responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advinda da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade (TINOCO, 2009, p. 116).

Segundo Trevisan (2002), a mudança de mentalidade empresarial, no Brasil, aconteceu em 1965 com a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). O autor relata que, já nos anos de 1980, foi proposto um modelo para divulgação das atividades sociais pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), relatando os primeiros balanços sociais como sendo o da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, e o do Sistema Telebrás. Trevisan (2002) informa que apenas no início da década de 1990, as empresas brasileiras passam a, sistematicamente, divulgar em balanços e relatórios sociais suas ações relativas à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários. Ainda recorrendo a Trevisan (2002), tem-se que é dessa época, a iniciativa do Banespa, em 1992, instituição bancária precursora deste tipo de relatório no Brasil. Em 1997, ocorre seminário realizado no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB, Rio de Janeiro) para discussão do tema da Responsabilidade Social Empresarial e Balanço Social com participação de empresas, universidades e organizações do terceiro setor (TREVISAN, 2002).

Iudícibus et al. apud Pinto e Ribeiro (2004, p. 42), recorrendo a e baseado na Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, conforme elaboração do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras - IPECAFI, aprovado e divulgado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e referendado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM apresenta a

definição de Contabilidade, como um sistema de informação e avaliação que oferece aos usuários demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade da entidade analisada. Pinto e Ribeiro (2004) citam outros autores (GONÇALVES, 1980; TINOCO, 1984; 1996; RIBEIRO, 1992, 1998; DE LUCA, 1991; MARTINS, 1997; GRAY *et al.*, 1998; RIBEIRO; MARTINS, 1998 *apud* PINTO; RIBEIRO, 2004; BERNARDO *et al.*, 2005; BELLEN, 2005; OLIVEIRA, 2005; GONZALEZ, 2006) que também consideram aspectos relacionados a recursos humanos (sociais / éticos) e meio ambiente nas demonstrações contábeis.

Quadro 1 - Balanço Social: definições de Balanço Social

Iudícibus <i>et al.</i> (2001)	“Balanço Social procura demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.
Tinoco (2009)	“Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”.
Freire e Rebouças (2001)	“O Balanço Social pode ser considerado como uma demonstração técnico-gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente etc.).”

Fonte: *apud* Pinto e Ribeiro, 2004.

Já para Balanço Social, Pinto e Ribeiro (2004) apresentam várias definições de Balanço Social, compiladas no Quadro 1 (um), considerado como instrumento de gestão e de informação econômica e social e preocupação com meio ambiente, algumas focando mais os interesses dos gestores.

Trevisan (2002) apresenta o entendimento de Batista para Balanço Social: estratégia de mudança da empresa com foco no impacto eminentemente social e cultural, para prestação de contas, via contabilidade, de seus investimentos,

da aplicação de recursos e do cumprimento das destinações orçamentárias (BATISTA *apud* TREVISAN, 2002). Trevisan (2002) corrobora esta compreensão, afirmando que, assim como o Balanço Contábil, o Balanço Social necessita basear-se em dados mensuráveis para sua credibilidade.

2.3.1 Objetivo do Balanço Social

Trevisan (2002) questiona a utilização correta do balanço social, destacando a importância de não se confundir Balanço Social com política de recursos humanos da empresa. Enquanto o primeiro mostra as ações da empresa para com a sociedade, desde investidores e fornecedores até meio ambiente e Estado, a segunda, se atém às ações pró seus funcionários. Esse autor chama a atenção para o risco de prejuízo à imagem da empresa, com a adoção de comportamento oportunista insustentável pela comunicação inadequada de causas sociais ou de ações pró-preservação ambiental. Para adequação desta comunicação, Trevisan (2002) repete a recomendação apresentada em Gonçalves (1980): as empresas devem considerar o Balanço Social, no princípio como instrumento para tomar decisões estratégicas no âmbito interno principalmente. Somente depois da análise dos seus resultados e de comprovação de sua consistência é que seria conveniente sua divulgação. Caso contrário, estaria sujeito a interpretações não condizentes com o divulgado.

Trevisan (2002) recorre a Alberto Augusto Perazzo, presidente-executivo da FIDES, contrapondo postura assistencialista (doações em dinheiro ou de bens) com ser socialmente responsável:

Num momento de crise, ninguém se satisfaz a não ser que receba orientação e seja educado para começar a reagir contra a crise. O assistencialismo, às vezes, não passa de um momento de lucidez de um empresário, em assinar um cheque e doar para que outra pessoa usufrua daquele benefício. A responsabilidade social vai mais além. A companhia provém o recurso, abraça um projeto, mas antes define com seus colaboradores onde será aplicado e como poderá ser

melhorado (discurso de Alberto Augusto Perazzo *apud* TREVISAN, 2002, p. 5).

Este pode ser o fundamento para a hipótese dessa dissertação. Considera-se que a empresa tem uma política de RSE quando há continuidade em seus investimentos em ações socioambientais.

Pinto e Ribeiro (2004, p.24) definem o objetivo do Balanço Social, independentemente da sua formatação, para “demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, ressaltando-se os aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais e contribuições para a cidadania”.

A contribuição de Ludícibus *et al. apud* Pinto e Ribeiro (2004, p. 31) apresenta que o Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral. Segundo Ludícibus e Marion (2001), os relatórios sociais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante determinado período, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Sobre a atuação da RSE são construídos indicadores que servem de referência para medir quanto à empresa atende ao objetivo de ser responsável socialmente. As informações destes aspectos foram coletadas no Balanço Social que, nesta dissertação é a fonte de dados, juntamente com as Demonstrações Financeiras, para o que é proposto analisar: a evolução da CEMIG em seu compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial.

2.3.2 Estrutura do Balanço social

A estrutura do Balanço Social-BS divulgado pela CEMIG, que segue o modelo IBASE, segundo os princípios do GRI, está dividido em 7 (sete) conjunto de informações contendo os dados do ano do relatório e do ano imediatamente anterior, cujo detalhamento está a seguir.

O item 1 (um), denominado “Base de Cálculo”, inicia a demonstração do Balanço Social-BS e informa os valores em R\$ mil, referentes aos resultados da Receita Líquida-RL e do Resultado Operacional-RO, bem como o valor da Folha de Pagamento Bruta-FPB.

O item 2 (dois) contempla os denominados “Indicadores Sociais Internos” e evidencia os gastos relacionados com Alimentação, Encargos sociais compulsórios, Previdência privada, Saúde, Segurança e Medicina no trabalho, Educação, Cultura, Capacitação e desenvolvimento profissional, Creches ou auxílio-Creche, Participação nos lucros ou resultados e Outros. Esse item evidencia informações sobre investimentos internos à organização e estão relacionados aos funcionários e as suas famílias.

O item 3 (três), “Indicadores Sociais Externos”, trata de investimentos em Educação, Cultura, Saúde e Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/Esportes além dos Tributos arrecadados aos cofres públicos. Os investimentos deste item 3 (três) estão relacionados à comunidade, por isso são caracterizados como “externos”.

O item 4 (quatro), “Indicadores Ambientais”, evidencia os investimentos relacionados com produção/operação da empresa.

Esses quatro itens do BS citados são expressos em valores monetários absolutos (R\$ mil) e em percentuais relativos à Folha de Pagamento Bruta bem como sobre a Receita Líquida e Resultado Operacional.

O item 5 (cinco) do BS, “Indicadores do Corpo Funcional”, descreve o número de empregados ao final do período, de admissões durante o período, da

quantidade de empregados terceirizados, de estagiários, de empregados acima de 45 anos, de mulheres, de negros e de portadores de deficiência ou de necessidades especiais que trabalham na empresa, além do percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres e por negros.

O sexto item é utilizado para expressar “Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial”, tais como, a Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, o Número total de acidentes de trabalho, e outras informações não monetárias. A única informação monetária deste item refere-se ao Valor adicionado total a distribuir entre Governo, Colaboradores, Terceiros, Acionistas e Retidos (depreciação e amortização).

Finalmente, o item 7 (sete) do BS fornece “Outras informações”, quais sejam, quantidade de resíduos alienados ou reciclados, reciclagem de lâmpadas fluorescentes, óleo mineral isolante, materiais e equipamentos (porcelana, sucatas metálicas, reatores, cabos, fios e baterias).

Neste trabalho serão utilizadas apenas as informações contidas nos itens 1 (um) a 4 (quatro), expressas em valores monetários absolutos (R\$ mil). Nesta dissertação são selecionados indicadores calculados como percentuais relativizados aos valores da Folha de Pagamento Bruta bem como da Receita Líquida e de Resultado Operacional.

2.3.3 Demonstrações financeiras - Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Notas Explicativas

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke. (1981), as Demonstrações Financeiras são quatro, complementadas, pelo menos por Notas Explicativas, sendo: 1. Balanço Patrimonial; 2. Demonstrações dos Resultados do Exercício; 3. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; 4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos; 5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 1981, p. 472).

Este trabalho utiliza o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, além dos Relatórios de Sustentabilidade/Balanços Sociais.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC define o Balanço Patrimonial como sendo a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da entidade. Ele também define que o Balanço Patrimonial é constituído pelo Ativo, pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido (CFC, 2003).

A Lei das Sociedades Anônimas S. A. (LEI nº 6.404, DE 15.12.1976) prevê a publicação de Notas Explicativas no § 4.º do artigo 176, o qual estabelece que as demonstrações financeiras sejam complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Verifica-se a relação das Demonstrações Financeiras com a RSE- Responsabilidade Social Empresarial ao observar a normatização do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC T 6 (seis) (Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica nr. 6) que instrui a divulgação das demais demonstrações contábeis, ao estabelecer:

A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e **social** (grifo nosso) que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade (CFC, 2003).

Assim, a contabilidade, que também possui a finalidade de gerar informações aos *stakeholders*, proporciona aos gestores a possibilidade de analisar os Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade no sentido de evidenciar a situação em que se encontra sua empresa em relação à Responsabilidade Social e Ambiental (SOARES; LANZARIN; PFITSCHER, 2011).

Reforçando a relação com a RSE o CFC editou a NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n. 15) que estabelece o conceito, os objetivos e os procedimentos para elaboração, conteúdo e estrutura do Balanço Social.

Extraídos dos Balanços Sociais/Relatórios de Sustentabilidade, elaborados pela CEMIG de acordo com modelo IBASE, segundo os princípios do GRI e publicados pela CEMIG no período de 2007 a 2011, este trabalho utiliza-se de informações referentes a: Receita Líquida (RL), Resultado Operacional (RO) e Folha de Pagamento Bruta (FPB).

Extraídos das Demonstrações de Resultados publicados pela CEMIG no período de 2007 a 2011, este trabalho utiliza-se de informações referentes a:

Receita Operacional Bruta (ROB), Lucro Bruto (LB), Resultados antes dos Impostos e Participações (RAIP) e Resultado Líquido do Exercício (RLE).

Extraídos dos Balanços Patrimoniais publicados pela CEMIG este trabalho utiliza-se de informações referentes a: Capital Social (CS) e Patrimônio Líquido (PL).

- OS DADOS EXTRAÍDOS DO BALANÇO SOCIAL

No caso CEMIG, os dados extraídos dos Balanços Sociais-BS/Relatórios de Sustentabilidade/RS, são definidos como:

Receita Líquida (RL) representa o total da receita bruta no ano, pela distribuição de energia, gás e oferta de serviços, **excluindo Impostos e Encargos** (ICMS, COFINS, PIS-PASEP, Encargos do Consumidor e Outros). Contempla o somatório das receitas advindas do Fornecimento Bruto de Energia Elétrica¹, do Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)², do

¹ Receita pelo Fornecimento Bruto de Energia Elétrica: refere-se a Residencial, Industrial, Comércio, Serviços, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Etc.(CEMIG, 2012b).

Uso da Rede de Transmissão³, de Construção⁴ e Outras Receitas Operacionais⁵, **excluindo impostos e encargos** (CEMIG, 2012b).

Resultado Operacional (RO) representa o total da receita bruta no ano, deduzidos: Custos Operacionais (custo com energia elétrica, gás e uso da rede de transmissão); Custo de Operação (pessoal e administradores, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização, custo de construção, despesas com vendas e outras despesas operacionais); Despesa Operacional (despesas com vendas, despesas/reversões gerais e administrativas, outras despesas operacionais). Assim, deduz da RL, energia e gás comprados para revenda, uso de rede básica de transmissão, (CEMIG, 2012b).

Folha de Pagamento Bruta (FPB) representa a remuneração e encargos sobre a folha de pagamento e contempla a soma de remuneração e encargos da folha de pagamento (CEMIG, 2012a).

Sendo RL, RO e FPB Base de Cálculo para os Indicadores comparados de investimentos socioambientais, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI, com grande utilização pelas empresas em todo o mundo, deixa-se de emitir comentários sobre sua relevância.

²Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD – tarifa de uso do sistema de transmissão): trata-se de Grandes Consumidores Industriais – livres (aqueles que pagam à CEMIG os encargos referentes ao uso da rede de distribuição, independentemente de qual geradora adquirem energia) (CEMIG, 2012b).

³Uso da Rede de Transmissão: tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico inclusive consumidores livres, para concessões antigas, pelo uso da rede de transmissão, de propriedade da CEMIG. Para concessões novas inclui parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e outros (CEMIG, 2012b).

⁴Receita de Construção: integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da empresa em ativos da concessão. Em alguns casos, inclui margem de lucro envolvida na operação (CEMIG, 2012b)

⁵Outras Receitas Operacionais: Fornecimento de Gás, Serviço de Telecomunicações, Prestações de Serviços, Serviço Taxado, Outras e Subvenções recebidas da Eletrobrás por desconto na tarifa dos consumidores de baixa renda(CEMIG, 2012b).

- OS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

No caso CEMIG, os dados extraídos das Demonstrações de Resultado são definidos como:

Receita Operacional Bruta (ROB) representa o total da receita bruta obtida em cada ano analisado, com energia, gás e serviços, **sem excluir** “Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita” (ICMS, COFINS, PIS-PASEP, Encargos do Consumidor e Outros) e antecede a “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”. Contempla a soma as Receitas advindas, do Fornecimento Bruto de Energia Elétrica, do Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD), do Uso da Rede de Transmissão, de Construção e Outras Receitas Operacionais, sem excluir Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita (CEMIG, 2012a).

A Lei nº 6.404/76 estabelece em seu artigo 18, itens I e II, que as empresas deverão discriminar, na Demonstração de Resultado, a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos e a receita líquida das vendas e serviços. Assim, as vendas deverão ser contabilizadas pelo seu valor bruto, inclusive impostos, sendo que tais impostos e as devoluções e abatimentos deverão ser registrados em contas devedoras específicas, as quais serão classificadas como contas redutoras das vendas (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 1981, p. 382). Também é conhecida como Faturamento Bruto ou Receita Bruta.

A relevância percebida para utilização de ROB está em sua composição, ou seja, o total da receita bruta obtida com energia, gás e serviços, sem excluir Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita (ICMS, COFINS, PIS-PASEP, Encargos do Consumidor e Outros) e antecede a “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”.

A utilização de um percentual fixo anual incidente sobre a ROB para determinar o valor a ser investido em ISI, ISE e IA, reveste-se de relevância em função dos valores refletirem todo o faturamento bruto da empresa, o que é significativo. A utilização deste parâmetro (ROB) para determinação dos valores em

investimentos socioambientais representaria a permanente alocação de recursos para tal finalidade, independentemente do desempenho da empresa, quanto à geração de lucros, pois nesta fase da apuração (ROB) ainda não é possível conhecer a real situação da apuração do resultado (se lucro ou prejuízo) eliminando a possibilidade de investimento zero. Por outro lado demonstraria que a empresa estabelece este valor em função do que a sociedade lhe prestigia, ao adquirir seus produtos e serviços. Assim estaria atrelado à eficiência em faturar, da empresa, em função das aquisições de seus clientes, retornando à sociedade, ao qual estão inseridos, valores proporcionais aos recebidos dela.

Lucro Bruto (LB) representa o total da Receita Líquida (RL) em cada ano analisado, **deduzidos** os Custos Operacionais e Custo de Operação. Custos Operacionais são compostos por: Custo com Energia Elétrica e Gás; Energia Elétrica Comprada para Revenda; Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e Gás Comprado para Revenda. Os Custos de Operação contemplam despesas com: Pessoal e administração; Materiais; Serviços de terceiros; Depreciação e Amortização; Provisões Operacionais; Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos; Custo de Construção e Outras (CEMIG, 2012b).

A utilização do LB como parâmetro para a empresa estabelecer o valor a ser investido em ISI, ISE e IA, pode representar relevância quando a empresa for eficiente na geração de lucro bruto, mostrando-se critério justo, pois além da condicionante LB, também daria clareza às políticas de RSE de uma empresa. Acrescente-se que, em se tratando de resultado, haveria argumentos entre seus *stakeholders* para sua adoção.

Resultado antes dos Impostos e Participações (RAIP) representa o Resultado Operacional acrescido das Receitas Financeiras e deduzidas as Despesas financeiras. Contempla a soma de todas as receitas deduzidas de todas as despesas, exceto Imposto de Renda e Contribuição Social (CEMIG, 2012b).

Observa-se relevância em sua utilização pela composição de RAIP, especialmente para as empresas eficientes na geração de Resultado antes dos Impostos e Participações. Por ser um resultado, cuja apuração já sinalizaria o desempenho da empresa naquele ano, sua utilização como parâmetro para determinação de valores em investimentos socioambientais, encontraria ressonância/argumentos para sua utilização, entre seus *stakeholders*.

Resultado Líquido do Exercício (RLE) contempla o total das receitas, deduzidas todas as despesas inclusive o Imposto de Renda e Contribuição social, ou seja, representa o Resultado Líquido do Exercício (CEMIG, 2012b). Também é denominado de Lucro Líquido do Exercício.

Iudícibus, Martins, Gelbcke. (1981, p. 43), define com clareza o Resultado Líquido do Exercício:

De fato, o lucro ou prejuízo líquido apurado nessa demonstração é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois, além dos itens normais, já se deduzem como despesas o imposto de renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, pertence aos acionistas, ou distribuídos como dividendos.

É relevante o atrelamento dos investimentos socioambientais a esta base de cálculo/resultado operacional (RLE), por contemplar um parâmetro cuja riqueza gerada pela organização, seja devolvida à comunidade de forma proporcional. Por representar o Resultado Líquido do Exercício também denominado Lucro Líquido do Exercício, uma política de RSE baseada neste RLE, no meio empresarial, teria ressonância, pois os investimentos ocorreriam de acordo com os resultados obtidos.

- OS DADOS EXTRAÍDOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

No caso CEMIG, os dados extraídos dos Balanços Patrimoniais são definidos como:

Capital Social (CS) representa montante de recursos próprios investidos pelos acionistas, detentores de Ações. Iudícibus, Martins, Gelbcke (1981), conceitua Capital Social como investimento efetuado pelos acionistas, na companhia. Salientam que também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisão dos proprietários, se incorporam ao capital social. O CFC (2003) conceitua Capital social: “São os valores aportados pelos proprietários e os decorrentes de incorporação de reservas de lucros”. Trata-se, portanto, da soma de todos os investimentos de acionistas na empresa.

Um parâmetro para determinação de valores investidos em ISI, ISE e IA atrelados ao Capital Social (CS), estaria desvinculado de possíveis resultados negativos. É relevante por considerar os resultados acumulados pela empresa, no decorrer de sua existência, uma vez que, o CS integralizado, normalmente, reflete as conquistas da empresa, no transcorrer de suas operações no tempo, desvinculados de resultado de um único ano. O CS é composto, normalmente, por valores integralizados, inicialmente, pelos acionistas e posteriormente, no decorrer dos anos, são adicionados os lucros oriundos de seus resultados, decorrentes de suas operações. Toda empresa está exposta à intercorrências momentâneas, que podem levar a resultados inesperados e indesejáveis, e o atrelamento dos valores de ISI, ISE e IA, ao CS evitaria descontinuidade nestes investimentos. Outra relevância a considerar é que para empresas ineficientes na geração de resultados, os recursos não seriam escasseados.

Patrimônio Líquido (PL) O PL é considerado pelos analistas, como Patrimônio Próprio da Empresa, função da natureza das contas. No caso CEMIG representa a soma dos valores referentes ao Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ajustes Acumulados de Conversão e Recursos Destinados a Aumento de Capital (CEMIG, 2012b).

O CFC (2003) conceitua:

O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade e seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o

valor do Passivo (Ativo menos Passivo). Portanto, o valor do Patrimônio Líquido pode ser positivo, nulo ou Negativo.

Destaca ainda que as contas que compõem o Patrimônio Líquido devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Capital - São os valores aportados pelos proprietários e os decorrentes de incorporação de reservas de lucros.

II – Reservas - São os valores decorrentes de retenções de lucros, de reavaliação de ativos e de outras circunstâncias.

Destaca-se que a natureza do PL assemelha-se ao CS, porém numa amplitude maior ao considerar em seus valores, além do CS, aqueles à disposição da assembleia de acionistas aguardando deliberação, inclusive para o aumento de CS. Também reflete as conquistas da empresa no transcorrer de suas operações no tempo, desvinculados de resultado de um único ano. No caso da CEMIG, a título de exemplo, o CS em 2011 montava R\$ 3.412.073 mil e o PL R\$ 11.744.948 mil. É relevante, ao considerar normalmente, valores mais significativos do que o CS, cujos resultados acumulados pela empresa, no decorrer de suas operações, contemplam valores adicionais além do CS, tais como Reservas de Capital (em 2011 – R\$ 3.953.850 mil), Reservas de Lucros (em 2011 – R\$ 3.292.871 mil), etc., que poderão ser inclusive destinados à integralização de CS, dependendo da deliberação dos acionistas.

Portanto, um parâmetro para determinação de valores investidos em ISI, ISE e IA atrelado ao PL, estaria desvinculado de possíveis resultados negativos momentâneos e gerando valores expressivos nestes investimentos.

2.4 Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade permite gerir, comparar e comunicar o desempenho das organizações nas dimensões social, ambiental e econômica. Os princípios do GRI, orientam o preenchimento de informações, de modo

adequado, do conteúdo do relatório. Estes princípios servem para garantia da qualidade da informação relatada, e dos indicadores de desempenho. A qualidade dos indicadores também é preservada pelo uso de protocolos técnicos segundo metodologias consistentes de compilação e tratamento dos dados utilizados, assim como das fontes de coleta dos mesmos. É um modelo difundido internacionalmente e adotado por muitas empresas brasileiras (em 2010, 1.186 companhias divulgaram o modelo de relatório de sustentabilidade empresarial, proposto pela GRI, sendo 46 companhias brasileiras) (GRI, acesso em set. 2012).

Kassai (2007) informa que este modelo foi se estabelecendo em todos os países, sendo o único aceito mundialmente e adotado por grandes empresas, tais como Microsoft e Unilever. As empresas que seguem este modelo estão aptas a pleitearem a participação da carteira do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade. O processo de relato potencializa o valor das mudanças internas e de reconhecimento externo da empresa relatora.

As empresas relatoras dão mais importância ao desenvolvimento de Visão e da Estratégia e à inovação, com maior conscientização do Conselho de Administração. O Relatório de Sustentabilidade, baseado nos princípios do GRI pode ser instrumento para aquisição de vantagem competitiva e liderança de mercado. Isso resulta em atração de investidores. Há melhoria nos sistemas de gestão e aperfeiçoamento dos processos internos, com estabelecimento de metas e identificação de pontos fortes e fracos, além de Integração entre departamentos. Os funcionários sentem-se mais atraídos e são retidos, com diminuição da rotatividade de mão de obra.

Assim, a publicação de Relatórios de Sustentabilidade fortalece a imagem das organizações, como reflexo de seu comprometimento com soluções sustentáveis. Por exemplo, investidores são influenciados pela reputação de uma empresa, facilitando o acesso ao capital a custos mais baixos. As revistas de negócios reforçam essa reputação, publicando classificações de organizações sob diferentes critérios, sendo um deles a sustentabilidade. Isso reverte, geralmente, em aumento do valor da marca, da fidelidade do cliente e

na participação de mercado. Outra consequência importante é a facilidade que a empresa tem no ambiente institucional para ampliação de licença social para operação e maior agilidade de processos de aprovações regulatórias. Podem ser aventadas duas razões para esse reconhecimento. Em primeiro lugar, as questões econômicas, ambientais e sociais estão se tornando cada vez mais do interesse de todos. Em segundo lugar, as empresas e a sociedade, em geral, estão conscientes da complexidade de serem consideradas responsáveis socialmente.

A GRI (acesso em set. 2012) argumenta que relatórios de sustentabilidade exigem um esforço conjunto para chegar a estratégias, objetivos e planos de ação que atendam ao modelo GRI. O processo de relato exige alinhamento entre funções corporativas (relações com a comunidade, finanças, marketing, pesquisa e desenvolvimento e recursos humanos, operações produtivas e logísticas), normalmente discretas e isoladas, e entre as unidades de negócios sob mesma visão estratégica. Embora essa dificuldade, esse processo pode apresentar oportunidades para descobertas e inovação. Muitas empresas declaram que essa colaboração levou à melhoria na comunicação interna e entendimento coletivo do conceito de sustentabilidade, com disseminação de ideias e práticas de desenvolvimento sustentável. Outro benefício percebido é a aproximação das diferentes unidades, incentivando e intensificando o processo de aprendizagem entre as mesmas, com cada uma se dispondo a maior apoio para as iniciativas propostas por outras.

2.4.1 O Modelo do Relatório

Esta dissertação teve início em 2012, na vigência das Diretrizes G3 da GRI (versão 3.1), sendo este item baseado em informações extraídas em GRI (2006), versão 3.1. A versão 4.0 encontrava-se em desenvolvimento conforme consultado no site da Global Reporting, em 22 de setembro de 2012.

No término deste trabalho verificou-se que atualmente está em vigor as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade G4, cuja transição da versão 3.1 para versão 4.0 somente será exigida a partir de 2016, conforme consultado no site Global Reporting em julho de 2014 e transcrito abaixo.

“Organizações relatoras que usam as Diretrizes G3 ou G3.1 poderão decidir por conta própria quando fazer a transição para as Diretrizes G4. Por essa razão, a GRI continuará a reconhecer relatórios elaborados com base nas Diretrizes G3 e G3.1 por até dois ciclos completos. No entanto, relatórios publicados após 31 de dezembro de 2015 devem ser elaborados de acordo com as Diretrizes G4” (site Global Reporting – julho-2014).

Por não alterar a essência da dissertação, optou-se por manter o trabalho original. Futuras pesquisas poderão abordar o tema neste novo contexto.

O modelo de relatório GRI (Diretrizes G3) foi concebido com o objetivo de proporcionar uma linguagem comum e de ampla aceitação, tanto por pequenas empresas quanto por grupos corporativos com atuação diversificada e global. Tendo como referência acordos e normas internacionais sobre sustentabilidade, entre os quais: Artigo 15 dos Princípios do Rio, Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e seus Protocolos, Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Convenção das Nações Unidas (Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998 da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Declaração de Viena e Programa de Ação, Declaração Tripartite da OIT Sobre Empresas Multinacionais e Política Social, Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais e Princípios do Pacto Global para a Sustentabilidade.

Para a GRI, um relatório de sustentabilidade, baseado em suas diretrizes, consiste em um padrão de referência e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias. Também mostra como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável, servindo de

instrumento para comparação de desempenho entre organizações e ao longo do tempo. As organizações motivadas a realizarem seu Relatório de Sustentabilidade demonstram compromisso e vontade de serem transparentes e de seguirem normas e a legislação, além de terem capacidade de posicionamento em mercados competitivos. A elaboração do relatório é um processo em que a organização passa a compreender os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades e estabelece um diálogo com seus *stakeholders* sobre esses impactos. Nesse processo, a empresa define quais são os aspectos e indicadores mais importantes para refletir suas contribuições econômicas, ambientais e sociais, facilitando a definição de metas. Com a elaboração do Relatório, a empresa tem um instrumento para monitorar (e se prepara para monitorar) seus resultados. É também um instrumento de comunicação de seus resultados pró-sustentabilidade.

2.4.2 Estrutura do Relatório

O modelo de Relatório de Sustentabilidade segue padrões para preenchimento das informações e deve seguir os princípios norteadores. A relatora deve identificar quais os temas/dimensões de desempenho e respectivos indicadores que serão considerados, apontando aspectos mais relevantes a considerar, definindo indicadores essenciais e adicionais e quais informações devem ser enfatizadas em cada dimensão.

A estrutura do relatório apresenta os seguintes itens: A. Perfil da Organização Relatora; B. Forma de Gestão do GRI; C. Níveis de Aplicação; D. Indicadores de Desempenho.

- PERFIL DA ORGANIZAÇÃO RELATORA

Este item apresenta informações sobre a empresa e seu contexto de atuação, sendo organizado em subitens, descritos na sequência.

A.1 Estratégia e Análise: visão estratégica sobre sustentabilidade.

A.1.1 Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia;

A.1.2 Descrições dos principais impactos [reais e potenciais], riscos e oportunidades;

A.2 Perfil Organizacional: nome, principal marca estrutura operacional, localização da sede, número de países de atuação, tipo e natureza jurídica da propriedade, mercados atendidos, porte da empresa e outras informações que caracterizam a relatora.

A.3 Parâmetros para o relatório: perfil, escopo e limite do relatório, sumário de conteúdo da GRI, verificação da auditoria externa.

A.4 Governança, compromissos e engajamento.

A.4.1 Estrutura de governança e comitês, mecanismos de abertura para recomendações e orientações, auto-avaliação de desempenho.

A.4.2 Compromissos com iniciativas externas e o princípio da precaução, participação em associações.

A.4.3 Processo de engajamento dos *stakeholders* conduzido pela organização.

▪ FORMA DE GESTÃO

Trata da definição do contexto para análise do desempenho em áreas específicas.

B.1 Informação sobre a forma de gestão: apresentação da abordagem para gestão de cada dimensão de análise, em que são definidos os indicadores de

desempenho, de modo a se indicarem áreas potenciais de riscos e oportunidades;

B.2 Relato sobre tendências: relato de desempenho passado (dois períodos anteriores) e indicação de metas futuras;

B.3 Uso de protocolos: esclarecimento sobre protocolos para construção dos indicadores (compilação das informações e orientação para interpretação dos dados);

B.4 Apresentação dos dados: dados absolutos e índices normalizados;

B.5 Sistema métrico: unidades dimensionais utilizadas, seguindo sistema métrico internacional (quilogramas, toneladas, litros).

- NÍVEL DE APLICAÇÃO

Como em toda adoção de novo instrumento, o uso do modelo GRI para elaboração de Relatório de Sustentabilidade, segue curva de aprendizagem. Assim, as relatoras podem ter diferentes níveis de avaliação para seus Relatórios desde o nível C, para organizações iniciantes até A+, para as mais experientes. A Figura 1 apresenta os níveis de aplicação e as exigências de conteúdo para satisfação de cada um deles. As empresas têm obrigações diferenciadas para preenchimento dos itens do relatório e aplicar determinados indicadores para as 6 (seis) dimensões para análise de desempenho. A própria empresa relatora declara em que nível se enquadra. Caso a relatora submeta seu Relatório à verificação externa, a empresa poderá se autodeclarar (+) no nível que tenha utilizado.

Figura 1 – Nível de Aplicação para Análise e Conteúdo Exigido para Elaboração do Relatório GRI de Sustentabilidade

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da GRI RESULTADO	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da GRI RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: GRI, acesso em set. 2012.

2.4.3 Indicadores de Desempenho

Consiste na apresentação dos indicadores, seguindo um protocolo definido pelo modelo GRI, abordando 6 (seis) dimensões, com código identificador, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões dos Indicadores de Desempenho e Código Identificador

Código	Dimensão
EC	Econômico
EN	Meio ambiente
LA	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
HR	Direitos Humanos
SO	Sociedade
PR	Responsabilidade pelo produto

Fonte: GRI, acesso em set. 2012.

Cada dimensão possui indicadores essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais são aplicáveis e considerados relevantes para a organização conforme o nível que a Relatora declara estar situada. Assim, os indicadores adicionais poderão ser considerados essenciais, dependendo do contexto que a organização declara seu compromisso com as 6 (seis) dimensões de desempenho.

- DIMENSÃO - ECONÔMICA

A Dimensão Econômica mede o desempenho econômico da empresa e tem 9 (nove) indicadores, sendo 7 essenciais e 2 adicionais, mostrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores de Desempenho Econômico GRI

Aspectos	Protocolos
<i>Desempenho Econômico</i>	EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.
	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.
	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.
<i>Presença no Mercado</i>	EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.
	EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
	EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.
<i>Impactos Econômicos Indiretos</i>	EC8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> .
	EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.

Fonte: GRI (2006, p. 27).

A análise da dimensão econômica reflete os impactos da organização sobre as expectativas econômicas de seus *stakeholders* e de sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Os indicadores econômicos ilustram: o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. Apenas dois indicadores são caracterizados como adicionais (EC5 e EC9), os demais, essenciais, são EC1, EC2, EC3, EC4, EC6, EC7, EC8.

- DIMENSÃO MEIO AMBIENTE

O Código EN refere-se à Dimensão Meio Ambiente, refletindo a maneira que a empresa executa a gestão do Meio Ambiente. Seus indicadores totalizam 30, sendo 17 essenciais e 13 adicionais, apresentados no Quadro 4.

A análise do Desempenho Ambiental – a dimensão ambiental da sustentabilidade, refere-se aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos (material, energia, água) e à produção (emissões, efluentes, resíduos). Além disso, abarcam o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como, gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços.

Quadro 4 – GRI – Indicadores de Desempenho Ambiental

Aspectos	Protocolos	
<i>Materiais</i>	EN1	Materiais usados por peso ou volume.
	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem
<i>Energia</i>	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.
	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.
<i>Água</i>	EN8	Total de retirada de água por fonte.
	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.
	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
<i>Bio-diversidade</i>	EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
	EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
	EN13	Habitats protegidos ou restaurados.
	EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.
	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.

(continua na próxima página...)

Continuação do Quadro 4

<i>Emissões, Efluentes e Resíduos</i>	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.
	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.
	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.
	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.
<i>Produtos e Serviços</i>	EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.
	EN25	Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.
	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
<i>Conformidade</i>	EN27	Percentual de produtos e suas embalagens, recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
	EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.
<i>Transporte</i>	EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.
<i>Geral</i>	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

Fonte: GRI (2006, p. 28-9).

▪ DIMENSÃO SOCIAL

O Desempenho Social é pelas Práticas Trabalhistas e condições que caracterizam Trabalho Decente. Os 14 indicadores de Relações Trabalhistas (Quadro 5) - 9 essenciais (LA1, LA2, LA4, LA5, LA7, LA8, LA10, LA13, LA14) e 5 adicionais (LA3, LA6, LA9, LA11, LA12) refletem a dimensão social, quanto aos impactos da organização nos sistemas sociais nos quais ela opera.

Quadro 5 – Indicadores: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Aspectos	Protocolos	
<i>Emprego</i>	LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.
	LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.
<i>Relações entre os Trabalhadores e a Governança</i>	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
<i>Treinamento e Educação</i>	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.
	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
	LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.
	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.
	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.
<i>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</i>	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.
	LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.

Fonte: GRI (2006, p. 31-32).

- DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS

Os indicadores de desempenho referentes a direitos humanos, totalizando 9 (nove) indicadores, sendo 6 essenciais (HR1, HR2, HR4, HR5, HR6, HR7) e 3 adicionais (HR3, HR8 e HR9) são apresentados no Quadro 6 GRI. Estes indicadores refletem os esforços da empresa na seleção de fornecedores de materiais e componentes e empresas de serviço contratadas (relação com ambiente externo), assim como os investimentos realizados para treinamento de empregados e do pessoal de segurança, refletindo também a postura de não-discriminação e liberdade de associação, com isenção de trabalho infantil e trabalho forçado e escravo, respeito de direitos aos índios e outras minorias.

Quadro 6 – GRI – Indicadores de Desempenho: Direitos Humanos

Aspectos	Protocolos	
<i>Práticas de Investimento e de Processo de Compra</i>	HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.
	HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.
	HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.
<i>Não-Discriminação</i>	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.
<i>Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</i>	HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
<i>Trabalho Infantil</i>	HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.
<i>Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</i>	HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.
<i>Práticas de Segurança</i>	HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.
<i>Direitos Indígenas</i>	HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

Fonte: GRI (2006, p. 34).

- DIMENSÃO SOCIEDADE

A dimensão sociedade da sustentabilidade enfoca os impactos que as organizações geram nas comunidades em que atuam e têm 8 (oito) indicadores (Quadro 7), sendo 6 essenciais (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5, SO8) e 2 adicionais (SO6, SO7). A gestão do desempenho sociedade preocupa-se em gerir e mediar os riscos em suas interações com outras instituições sociais, especialmente aqueles associados a suborno e corrupção, influência indevida na elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio.

Quadro 7 – GRI – Indicadores de Desempenho: Sociedade

Aspectos	Protocolos	
<i>Comunidade</i>	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.
<i>Corrupção</i>	SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.
	SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.
	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
<i>Políticas Públicas</i>	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .
	SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.
<i>Concorrência Desleal</i>	SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.
<i>Conformidade</i>	SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.

Fonte: GRI (2006, p. 36).

- DIMENSÃO RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

A dimensão Responsabilidade pelo Produto da sustentabilidade analisa os produtos e serviços sob aspectos de saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade da organização que afetam diretamente os

clientes. O desempenho do produto é sujeito a 9 (nove) indicadores, apresentados no Quadro 8, sendo 4 essenciais (PR1, PR3, PR6, PR9) e 5 adicionais (PR2, PR4, PR5, PR7, PR8).

Quadro 8 – GRI: Indicadores de Desempenho: Responsabilidade pelo Produto

Aspectos	Protocolos	
<i>Saúde e Segurança do Cliente</i>	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
	PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.
<i>Rotulagem de Produtos e Serviços</i>	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.
	PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.
<i>Comunicações de Marketing</i>	PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
	PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
<i>Conformidade</i>	PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.
<i>Compliance</i>	PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: GRI (2006, p. 37).

- **PRINCÍPIOS PARA PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO**

O preenchimento dos itens do Modelo GRI de Relatório de Sustentabilidade segue princípios que regem a definição de conteúdo e de qualidade.

O princípio da Materialidade expressa os limites que devem ser submetidos à análise de desempenho. Já o de Inclusão dos *stakeholders* compromete a relatora a identificar seus *stakeholders* e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas procedentes. O de Contexto da sustentabilidade reflete o compromisso da empresa com as dimensões da sustentabilidade. O de Abrangência indica que a empresa defina claramente os limites do relatório e os temas e indicadores que considere relevantes. Este princípio exige coerência com o declarado no princípio de contexto, de modo a mostrar que suas ações sejam suficientes para refletir sobre quais ações declaradas possam causar impactos econômicos, ambientais e sociais. A imposição desses princípios permite que os *stakeholders* avaliem, com confiança, o desempenho da organização no período analisado.

Segundo o princípio do Equilíbrio, a empresa se compromete a relatar tanto os aspectos positivos quanto aspectos negativos, garantindo uma avaliação equilibrada do desempenho da empresa. O princípio da Comparabilidade prega a consistência de questões abordadas e informações que as confirmem e permitem analisar mudanças no desempenho ao longo do tempo e subsidiar análise comparativa com outras organizações. O princípio da Exatidão compromete a empresa a tratar os temas e indicadores com informações suficientemente detalhadas e consistentemente precisas, para que os *stakeholders* confiem na avaliação do desempenho relatado. Já o princípio da Periodicidade compromete a relatora a publicar regularmente, de modo a que as informações sirvam para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas. O princípio da Clareza garante que as informações sejam disponibilizadas com clareza e estejam acessíveis para uso do relatório. O princípio de Confiabilidade compromete a relatora a utilizar informações e processos para coleta, registro, compilação, análise e divulgação de modo a permitir sua revisão e que garanta qualidade e materialidade das informações.

- ASPECTOS CRÍTICOS DOS INDICADORES GRI

Um dos princípios do GRI é a garantia da legitimidade dos indicadores, orientando para tal, que haja participação de rede de especialistas na sua construção. Outro princípio é assegurar a qualidade do relatório pelo equilíbrio, sugerindo que o relato apresente também os principais impactos negativos e os riscos inerentes ao negócio, quais sejam os passivos trabalhistas, ambientais, sociais ou econômicos, não sendo clara a obrigatoriedade de declarar passivos anteriores a dois anos da data do relatório.

Já o Protocolo de Limite da GRI orienta a identificação das entidades que sofrem influência ou impacto da organização relatora para inclusão na análise, não estabelecendo, porém, a obrigatoriedade da inclusão de grupos, comunidades, consumidores que tenham sofrido impacto negativo em suas vidas pela empresa relatora. Tal contexto possibilita a omissão de certas informações.

A missão da GRI, enquanto sinônimo de transparência, também é o maior desafio, pois o formato do relatório possibilita que organizações duvidosas possam utilizar de falso testemunho e manchar a reputação dos relatórios da GRI.

Augusto e Yanaze (2008) destacam o número de indicadores prescritos no documento (79 no total) para as empresas apontarem suas ações pró-sustentabilidade. Outra questão por eles indicada é a não obrigatoriedade de uso de instituições independentes externas para emitirem um parecer do relato feito pela empresa. Além disso, outro agravante por eles apontado é que as empresas relatoras podem se autodeclarar em um nível específico de aplicação, lhes conferindo autorização para estampar o selo correspondente ao nível (A, B ou C) nos documentos, podendo assim, comprometer a noção dos usuários que tenham acesso aos resultados do relatório. Eles compreendem que o aval final para publicação oficial seria do GRI, dificultado por cobrança de taxa para análise do Nível de Aplicação, apesar de a adesão às diretrizes da GRI ser voluntária, gratuita e de livre acesso.

Almeida (2007, p. 138-9) critica o relatório de sustentabilidade GRI por seu formato generalista baseado em diretrizes e com uso de indicadores, sem sofrerem atualização continuada, dado que a sustentabilidade é uma área de trabalho emergente, cujo conhecimento está em permanente evolução. Este autor comenta também sobre a falta de densidade dos dados materiais e de os indicadores não refletirem a prática do dia a dia da gestão empresarial, obrigando a existência de dois conjuntos de indicadores: um para a utilização no relatório a ser divulgado e outro para gestão cotidiana.

Almeida (2007) questiona se vale a empresa adotar as diretrizes da GRI para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, sabendo-se que, o atendimento integral dos requisitos pode custar US\$ 5 milhões.

2.5 Responsabilidade Social empresarial e o Setor de energia Elétrica no Brasil

Propostas de premiação indicadas pela ANEEL (agente regulamentador), como o Prêmio de Energia Cidadã aliado à CBIEE com a criação do Índice de Responsabilidade Social (IRS) exclusivo do setor privado de energia elétrica brasileira, podem influenciar no processo de comunicação de práticas de responsabilidade social corporativa nesse segmento.

O IRS - Índice de Responsabilidade Social para o setor privado de energia elétrica foi criado em 2005, exclusivo do setor privado de energia elétrica brasileiro. Desenvolvido pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), objetivando direcionar e oferecer transparência à gestão de ações sociais em investimentos de longo prazo. Formada pelos maiores grupos privados, nacional e estrangeiro, a CBIEE representa 66% da distribuição e 28% da geração de energia elétrica no país. Este índice permite aos usuários externos visualizarem como estão os investimentos sociais do setor elétrico, constituindo-se instrumento de acompanhamento das práticas sociais e

ambientais desse segmento, por meio dos relatórios das companhias que atuam no setor.

A ANEEL preceitua que a análise da responsabilidade social do segmento de energia elétrica, um serviço público, prestado sob o regime de concessão, deve ser ampliada. Isso passa pela compreensão de que a prestação desse serviço deve atender, prioritariamente, ao interesse público, já que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de um serviço adequado que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, conforme dispõe a Lei 8.987/95.

3 METODOLOGIA

Este capítulo expõe o processo de pesquisa empreendido nesta dissertação que analisa as práticas sociais e ambientais da CEMIG, no período de 2007 a 2011. A análise é baseada em dados sobre investimentos da empresa em RSE, segundo as dimensões sociais e ambientais, extraídos do sítio da empresa (Balanço Social). Foram utilizados os resultados contábeis / financeiros alcançados pela empresa, para verificar se os investimentos da CEMIG mostram a aderência desta empresa com a RSE - Responsabilidade Social Empresarial.

3.1 Objetivo Geral

Verificar se a empresa apresenta aderência aos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), no período de 2007 a 2011.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Estudar o conceito de Responsabilidade Social Empresarial;
- b) Analisar os Balanços Sociais/Relatórios de Sustentabilidade da CEMIG, no período de 2007 a 2011;
- c) Analisar variação de Indicadores selecionados no período de 2007 a 2011, comparando-os com resultados do Balanço Social e Demonstrações Financeiras;
- d) Mostrar prêmios e reconhecimentos da CEMIG com RSE.

3.3 Método

A pesquisa seguiu duas grandes etapas: a construção do marco teórico se deu na primeira, com a pesquisa bibliográfica e reflexão sobre os achados. A segunda fase constituiu-se da análise documental para levantamento de dados e seleção de indicadores para análise da aderência aos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) pela CEMIG. Foram selecionados indicadores presentes nos Relatórios disponíveis pela análise documental: Demonstrações Financeiras, Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade.

A fonte de dados principal na segunda etapa foi o sítio (*site*) da empresa analisada e outros *sites* como os da ANEEL, do GRI, ETHOS, dentre outros. Por essa razão, a técnica de coleta de dados foi documentação indireta – documental.

Como a proposta da dissertação é descrever a evolução de um fenômeno – a aderência aos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial da CEMIG, por meio de comparação de indicadores em um período de tempo – 2007 a 2011-, a dissertação é caracterizada como pesquisa descritiva.

Dado o tratamento de dados ser quantitativo e seus resultados sofrerem análise qualitativa, essa pesquisa tem natureza quantitativa-qualitativa, utilizando-se de métodos mistos.

A configuração para definição da metodologia adotada nesta dissertação, baseou-se no proposto em Ponte *et al.* (2007), resumida no Quadro 9.

Para a construção do marco teórico, foram investigados os temas de estudo da presente pesquisa: Responsabilidade Social Empresarial, Balanço Social, Relatórios de GRI e outras referências que analisam uma empresa como responsável socialmente.

Assim, este trabalho é de natureza qualitativa com abordagem descritiva, embora utilize método quantitativo para construção de indicadores e análise comparativa entre medidas nos diferentes anos.

Quadro 9 – Classificação das Metodologias Científicas

Classificação quanto aos objetivos específicos	Classificação quanto ao delineamento	Classificação quanto à natureza	Técnica de coleta de dados	Técnica de análise de dados
Pesquisa exploratória Pesquisa descritiva; Pesquisa explicativa	Pesquisa documental Pesquisa bibliográfica Levantamento Pesquisa experimental Pesquisa <i>ex-post-facto</i> Estudo de caso Pesquisa-ação	Pesquisa qualitativa Pesquisa quantitativa Pesquisa quantitativa- qualitativa	Observação Documentação indireta – documental Documentação indireta – bibliográfica	Técnicas de análise de dados qualitativa Técnicas de análise de dados quantitativa

Fonte: Ponte *et al.*, 2007

A pesquisa documental foi facilitada por que as empresas preocupadas com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) fazem a divulgação, em seus sítios e outros meios de comunicação, das medidas adotadas sobre questões socioambientais (FESTA, 2011). Este é o caso da CEMIG.

Foram utilizados os resultados contábeis/financeiros alcançados pela empresa CEMIG, num período de 5 (cinco) anos (2007 a 2011), verificando sua evolução. Estes dados são apresentados nos Balanços Sociais, regulamentados pela ANEEL em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Os dados publicados são norteados pelos princípios da GRI (*Global Reporting Initiative*), e constam das Demonstrações Financeiras e/ou Relatórios de Sustentabilidade. A apresentação destes dados pela CEMIG segue diretrizes GRI.

Os valores dos Indicadores ISI, ISE e IA contidos nos Balanços Sociais, os Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios (ISI-ESC) e os Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T) são então

comparados com: Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB). Os dados utilizados são extraídos das Demonstrações de Resultados (ROB, RL, LB, RO, RAIP e RLE), dos Balanços Patrimoniais (CS e PL) e do Balanço Social (FPB).

A evolução dos investimentos da CEMIG, verificados através dos indicadores acima, indica se há aderência aos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), ou seja, houve crescimento, involução ou estabilização destes investimentos.

A escolha da CEMIG como unidade de análise deste trabalho, para estudo de caso com análise documental, é explicada em primeiro lugar por ser uma empresa mineira, opção neste trabalho; e por adotar o modelo IBASE, segundo os princípios do GRI. A CEMIG alcançou o nível máximo de aplicação das diretrizes GRI.

A premissa desta dissertação é que: a RSE refere-se a investimentos socioambientais de caráter voluntário, segundo o aporte conceitual.

Os indicadores utilizados e coletados no Balanço Social, Demonstrações Financeiras e Relatório de Sustentabilidade, aqui analisados ISI (Indicadores Sociais Internos) e ISE (Indicadores Sociais Externos) têm, em seu cálculo, valores de investimentos obrigatórios (Encargos Sociais Compulsórios e Tributos). Desse modo, busca-se a determinação de novos indicadores, excluindo estes valores relativos a investimentos obrigatórios.

Os indicadores selecionados na dissertação contemplam apenas os investimentos de natureza voluntária. Estes indicadores são construídos considerando, para cálculo, os valores de ISI e ISE excluindo, respectivamente, os Encargos Sociais Compulsórios e os Tributos. Têm-se, então, Indicadores Sociais Internos Excluindo Encargos Sociais Compulsórios (ISI-ESC) e os Indicadores Sociais Externos Excluindo Tributos (ISE-T).

Assim, os indicadores selecionados na dissertação expressam voluntariedade nos investimentos socioambientais, sendo coerente com a premissa do conceito de Responsabilidade Social Empresarial adotado neste trabalho.

Os indicadores/investimentos são comparados com os resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras e/ou Balanços Patrimoniais.

Tem-se, então, os percentuais de investimentos, considerando os dados de Folha de Pagamento Bruta (FPB), Receita Operacional Líquida (RL), Resultado Operacional (RO), Receita Operacional Bruta (ROB), Lucro Bruto (LB), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL).

Estes percentuais, calculados para cada ano do período entre 2007 e 2011, são comparados com FPB, RL, RO, ROB, LB, RAIP, RLE, CS e PL, para negação ou confirmação da aderência aos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), ou seja, houve crescimento, involução ou estabilização destes investimentos.

Verifica se houve evolução (crescimento), involução (diminuição) ou estabilização nos investimentos socioambientais.

3.4 Justificativa do estudo de caso e os motivos da escolha da CEMIG

Trata-se de um grupo empresarial de grande relevância para o Estado de Minas Gerais e o Brasil, por ter construído uma imagem de aparente preocupação com a responsabilidade social, a sustentabilidade e a preservação ambiental. Vale lembrar, que é uma empresa que atua em um setor econômico bastante importante e sensível da economia mineira e brasileira que é o de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O estudo de caso neste setor da economia serve para analisar como as empresas comportam-se e trabalham com temas como a sustentabilidade, responsabilidade social e questões ambientais.

Ela é considerada nos dias atuais como uma empresa que é referência na economia global, sendo reconhecida como de grande atuação sustentável. Há 12 anos consecutivos, faz parte do *Dow Jones Sustainability Index World (DJSI World)*. O site da CEMIG (www.cemig.com.br) publicou que a edição 2010/2011 selecionou novamente a companhia mineira como líder mundial do supersector de utilities, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento, entre outras de utilidade pública em todo o globo.

Ressalta-se, que a imagem de empresa sustentável e de preocupação com a responsabilidade social é ainda mais reforçada, daí a justificativa de se trabalhar com o estudo de caso da CEMIG, quando ela foi selecionada em 2010 pela sétima vez consecutiva para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Tal índice reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas listadas na Bovespa reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade empresarial e social e recebe, pela segunda vez consecutiva, o status de Prime (B-) pela *Oekom-Research*, agência alemã de *rating* de sustentabilidade.

4 A CEMIG E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Este capítulo apresenta a história da empresa Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e os marcos que a identificam como empresa de Responsabilidade Social Empresarial.

4.1 A História da CEMIG

Como se trata de um estudo de caso em que se analisa uma empresa específica, a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG), faz-se necessário elaborar um breve relato histórico de sua trajetória enquanto empresa no cenário mineiro, brasileiro e internacional. Ressalta-se que as informações históricas foram retiradas principalmente do site da própria CEMIG⁶.

A CEMIG é uma das mais importantes concessionárias de energia elétrica do Brasil, fato que mostra sua relevância histórica, econômica e energética o que justifica o estudo em questão. Possui como sede a capital mineira, Belo Horizonte, desde sua fundação.

A CEMIG, desde então, foi marcada pela preocupação e utilização das mais avançadas técnicas e tecnologias do setor de energia elétrica e de gestão financeira e humana. Outro objetivo do mencionado governo de Minas Gerais era de possibilitar a instalação de várias indústrias siderúrgicas e de mineração como a USIMINAS S.A. (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) e a

⁶ Informações retiradas do site da CEMIG, na área que trata da sua trajetória histórica no site www.cemig.com.br/pt-r/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/linha_do_tempo. Acesso em: 23 mar. 2014.

Mannesmann S.A., com a garantia do Governo Estadual de que a CEMIG atenderia a demanda industrial de energia elétrica.

Ressalta-se que foi criado o importante Programa Minas-Luz, parceria acertada entre CEMIG, Eletrobrás e governo estadual mineiro, objetivando aumentar o atendimento às pessoas de baixa renda. O alvo final do Programa Luz para Todos, levou eletricidade a cerca de 285 mil domicílios de famílias rurais até 2011, em 3 etapas do Programa, abrangendo 774 municípios de sua área de concessão em Minas Gerais, beneficiando 1.500.000 pessoas, principalmente nas Regiões Leste e Norte do Estado (Vales do Jequitinhonha e Mucuri), áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A preocupação com a temática ambiental se aprofundou em 1983, quando a CEMIG instalou a Assessoria de Coordenação do Programa Ecológico, responsável pelo planejamento e desenvolvimento de uma política específica de proteção ambiental. Assim, diversas pesquisas referentes a fontes alternativas de energia começaram a ser desenvolvidas na área de produção de energia eólica, solar, biomassa e gás natural o que causou, em 1986, a criação da GASMIG, empresa do grupo CEMIG voltada para a distribuição de gás natural. O seu interesse por novas fontes de energia levou-a a mudar de nome no mesmo ano, de Centrais Elétricas de Minas Gerais para Companhia Energética de Minas Gerais. Ao final dos anos 1980 a CEMIG já alcança 96% do território de Minas Gerais.

A Empresa torna-se pioneira na construção de hidrelétricas em parceria com a iniciativa privada. Várias Usinas Hidrelétricas foram inauguradas como Igarapé (1992) e Nova Ponte (1993), além da criação da Estação Ambiental de Galheiro, para atender as exigências legais de licenciamento ambiental referente à Usina de Nova Ponte. As construções de estações ambientais ocorrem concomitantemente com as construções das usinas hidrelétricas, como a de Camargo e Itutinga (1994). Trata-se de uma nova tendência da CEMIG acompanhando as mudanças legais e ambientais da época. Várias

outras estações ambientais foram inauguradas ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Ainda em 1994 foi inaugurada a Usina Eólica do Morro do Camelinho, em Gouveia, no centro de Minas Gerais e em 1995, dando continuidade a política de diversificação energética, a CEMIG iniciou a produção de energia solar e sua distribuição.

Demonstrando a importância da escolha da CEMIG como objeto de estudo do presente trabalho, a mesma foi incluída ao final do século XX pela primeira vez no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, fato que já se repetiu 11 (onze) vezes.

Em 2003 começou a ser implementado o projeto de núcleos de excelência em climatologia, geração termelétrica, eficiência energética e em energias renováveis. Tal projeto demonstra a preocupação da CEMIG com as questões ambientais e de sustentabilidade.

Em 2009 foi inaugurado o Parque Eólico de Praias do Parajuru, no Ceará, de responsabilidade da CEMIG. Também recebeu o Prêmio Puente de Alcántara, concedido aos empreendimentos de engenharia da Península Ibérica e América Latina de grande relevância social e técnica.

4.2 A CEMIG e sua importância energética e econômica

A Companhia Energética de Minas Gerais nasceu como uma fábrica de usinas hidrelétricas. Atuando inicialmente apenas na geração de energia, completou 60 anos de operação em 2012, como o Grupo CEMIG, com ativos e negócios em 22 estados brasileiros, no distrito federal e, também, no Chile. Atualmente é constituído por 114 empresas, 15 consórcios e 1 (um) Fundo de Participações, controlado por uma *holding*. Como tal, possui investimentos em distribuição de gás natural, transmissão de dados e provimento de soluções energéticas. Suas operações atuais são distribuídas por 70 usinas, sendo 63 hidrelétricas, 3 (três)

termelétricas e 4 eólicas, totalizando 6.964 MW de capacidade instalada (CEMIG, 2012b). Também possui participação em empresas transmissoras de energia elétrica (TBE e Taesa), investimentos no setor de gás natural (Companhia de Gás de Minas Gerais), telecomunicações (CEMIG Telecom) e eficiência energética (Efficientia), conforme site da CEMIG (www.cemig.com.br).

Ocupa a posição de maior grupo de distribuição de energia e 3º maior grupo de transmissão do Brasil, com participação direta e indireta de 12,9% no mercado de transmissão em todo o País, atendendo a mais de 10 milhões de consumidores. Possui 467.679 km de redes de distribuição (104.482 em área urbana e 363.197 de redes rurais) e 17.367 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão.

A Empresa atua nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia, que são atividades de concessão pública, além dos segmentos de comercialização e mercado livre. Esses segmentos operam de maneira interligada e são regulamentados pela Lei 10.848/2004 e o Decreto 5.163/2004. Esta legislação preocupa-se com a atuação dos agentes do setor elétrico nos ambientes de contratação de energia: o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). De acordo com o relatório de sustentabilidade da CEMIG (2009), no ACR, realizam-se as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração e agentes de distribuição, precedidas de licitação.

A CEMIG posiciona-se como uma empresa de atuação global e apresenta-se como uma empresa brasileira.

4.3 Marcos de Sustentabilidade da CEMIG – Reconhecimentos

A CEMIG preocupa-se em demonstrar que desenvolve uma política ambiental visando à proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex), e seu valor de mercado, em 2011, foi de aproximadamente R\$23 bilhões.

Consta nos diversos informes publicitários da CEMIG (Demonstrações Financeiras, Relatórios de Sustentabilidade) as iniciativas abaixo relatadas.

Participa do Índice DJSI World (*Dow Jones Sustainability World Index*) que reflete a responsabilidade da CEMIG na condução de suas ações e o compromisso para com a geração atual e gerações futuras. Divulga-se que foi a única Companhia do setor elétrico da América Latina, escolhida e incluída na lista de empresas do DJSI World (*Dow Jones Sustainability World Index*), em 2011. Neste ano, completou 12 anos consecutivos de participação, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, desde sua criação, em 1999. Complementa que esta inclusão representa o reconhecimento mundial por suas práticas sustentáveis de gestão nas dimensões econômica, social e ambiental.

A CEMIG também está incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/Bovespa pelo sétimo ano consecutivo, no qual faz parte desde sua criação, em 2005.

A CEMIG recebeu prêmios de reconhecimentos, nacionais e internacionais como empresa sustentável, conforme descritos a seguir:

Prêmio Apimec: O Diretor de Finanças e Relações foi eleito o melhor profissional de relações com o investidor, de 2010. O Prêmio Apimec 2011 é promovido pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), a premiação está em sua 38ª edição. Voltada aos profissionais de RI de companhias abertas, em dia com o envio das

informações obrigatórias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com títulos em circulação no mercado brasileiro.

Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ): oferecido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), considerado o mais importante reconhecimento de gestão do Brasil: os destaques foram concedidos à CEMIG Distribuição e à CEMIG Geração e Transmissão, subsidiárias integrais do Grupo, nos critérios Processos e Clientes.

Prime em sustentabilidade: Classificada, pela segunda vez consecutiva, pela *Oekom – Research*, agência de *rating* de sustentabilidade sediada na Alemanha.

Índice Carbono Eficiente - ICO2: Criado em 2011 pela BM&FBovespa e BNDES, foi selecionada, pela segunda vez para compor o ICO2, que leva em consideração, a ponderação das ações participantes, as emissões de gases de efeito estufa das empresas.

Prêmio Internacional Puente de Alcântara – Usina de Irapé, Prêmio Nacional de Conservação Racional de Energia, 3º prêmio Brasil Meio Ambiente, CEMIG GT.

Além desses marcos de reconhecimento público, a CEMIG alcançou, no ano de 2011, o nível máximo de aplicação das diretrizes GRI: A+ (atende todas as diretrizes essenciais, sendo seus dados submetidos à verificação externa).

4.4 A RSE CEMIG – Imagem Divulgada

A CEMIG transmite, em peças publicitárias, cartilhas e, no relatório de sustentabilidade, seus programas de responsabilidade social.

A Companhia pretende, por meio de sua imagem divulgada, que se perceba que seus programas de responsabilidade social são direcionados às dimensões social, ambiental e econômica. Procura demonstrar que sua política

ambiental é composta por princípios, visando a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, criando assim uma imagem de empresa socialmente responsável.

A CEMIG divulga seu Programa de Gestão Ambiental, objetivando certificação de suas unidades conforme a NBR ISO 14001:2004. A empresa também tem um Plano de Monitoramento de Segurança de Barragem, pretendendo demonstrar a preocupação em executar obras de manutenção de barragens que estejam em concordância com requisitos de proteção ambiental. A CEMIG comunica que, os programas Luz para Todos, Clarear e Conviver procura favorecer o acesso e o uso da energia elétrica no âmbito rural e urbano, tentando minimizar os impactos causados em suas obras.

Com relação ao público interno, a CEMIG divulga o programa Gestão do Capital Humano, informando que é uma política de recursos humanos baseada na cultura, crenças e valores da Empresa, citando que oferece oportunidades, monitora o clima organizacional, desenvolve programas de atração e retenção de talentos, capacitação e desenvolvimento, ajuda de custo e formação.

A CEMIG divulgou que, em 2007, aderiu ao Pacto Global. Sob esse compromisso, procura manter diálogo com seus *stakeholders*, para que eles insiram em suas práticas diárias o valor das ações de responsabilidade social. Além disso, difunde que segurança faz parte das preocupações e orientações socioambientais, objetivando evitar acidentes nas áreas de transmissão, geração e distribuição. Também, propaga o bem-estar dos funcionários, contemplando campanhas/programas voltados para os mesmos. Esta empresa apregoa que vem construindo a sua cultura de Responsabilidade Social Empresarial pautada em um apelo à preservação do meio ambiente e uma direção também voltada para a dimensão social, abordando temas como segurança e saúde.

A CEMIG apresenta em suas Demonstrações Financeiras seus investimentos anuais nos aspectos sociais e ambientais, bem como seus resultados operacionais.

5 INDICADORES DE DESEMPENHO PARA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Neste capítulo são apresentados os indicadores que serão utilizados para análise da evolução do compromisso da CEMIG com a RSE (Responsabilidade Social Empresarial), ou seja, existência de aderência aos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Os valores dos Indicadores Sociais Internos-ISI, Indicadores Sociais Externos-ISE e Indicadores Ambientais-IA, são comparados, bem como os Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios (ISI-ESC) e os Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T). Esta comparação representa o cálculo do percentual dos indicadores sobre os valores: Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB). Os dados utilizados são extraídos das Demonstrações de Resultados (ROB, RL, LB, RO, RAIP e RLE), dos Balanços Patrimoniais (CS e PL) e do Balanço Social (FPB). Faz-se então análise da evolução dos indicadores e seus valores comparados no período de 2007 a 2011 para verificar o compromisso/aderência da empresa com a RSE.

5.1 A Análise de Indicadores

Este trabalho considera indicadores do Balanço Social e propõe a seleção de novos indicadores isentos de valores compulsórios. Os indicadores utilizados no Relatório de Sustentabilidade, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (*Global Reporting Initiative*), são ISI (Indicadores Sociais Internos), ISE

(Indicadores Sociais Externos) e IA (Indicadores Ambientais). Os Indicadores Sociais incluem valores de investimentos obrigatórios (Encargos Sociais Compulsórios e Tributos).

Os indicadores selecionados na dissertação contemplam apenas os investimentos de natureza voluntária. Estes indicadores são calculados a partir dos indicadores ISI e ISE excluindo, respectivamente, os Encargos Sociais Compulsórios e os Tributos. Têm-se, então, Indicadores Sociais Internos Excluindo Encargos Sociais Compulsórios (ISI-ESC) e os Indicadores Sociais Externos Excluindo Tributos (ISE-T). Com isso considera-se que, os indicadores selecionados na dissertação expressam voluntariedade nos investimentos socioambientais, sendo coerente com o conceito de Responsabilidade Social Empresarial aqui entendido. Os indicadores selecionados, assim como os do modelo IBASE, segundo os princípios do GRI, são comparados com os resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras e/ou Balanços Patrimoniais da empresa. Têm-se, então, os investimentos como percentuais de: Folha de Pagamento Bruta (FPB), Receita Líquida (RL), Resultado Operacional (RO), Receita Operacional Bruta (ROB), Lucro Bruto (LB), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL). A evolução destes percentuais é analisada no período entre 2007 e 2011, verificando se houve aderência da empresa com a RSE, ou seja, evolução (crescimento), involução (diminuição) ou estabilização, para negação ou confirmação da hipótese proposta. São considerados 24 Indicadores de Desempenho (ID), sendo 6 (seis) constantes do Balanço Social (BS) modelo IBASE, segundo os princípios do GRI e 18 Indicadores de Desempenho (ID) selecionados.

5.1.1 Indicadores modelo IBASE, segundo os princípios do GRI

Os relatórios modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (*Global Reporting Initiative*), contemplam como base para sua elaboração, os valores investidos em ISI (Indicadores Sociais Internos), ISE (Indicadores Sociais Externos) e IA (Indicadores Ambientais), tendo suas composições detalhadas na sequência.

Tabela 1 – Indicadores Sociais Internos (ISI):CEMIG, período 2007 a 2011 Composição – R\$ MIL

Indicadores Sociais Internos	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL	Part. %
Alimentação	69.116	71.662	74.055	78.643	70.032	363.508	8,18
Encargos sociais compulsórios	250.884	255.475	236.536	268.002	278.467	1.289.364	29,00
Previdência privada	123.007	264.219	150.142	107.038	67.393	711.799	16,01
Saúde	30.683	33.012	35.173	43.002	43.849	185.719	4,18
Segurança e medicina no trabalho	9.657	11.475	10.957	11.001	10.786	53.876	1,21
Educação	1.158	1.448	202	1.256	2.182	6.246	0,14
Cultura	112	-	926	134	88	1.260	0,03
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.265	17.502	29.472	38.687	26.200	127.126	2,86
Creches e auxílio-creche	1.651	1.710	1.767	1.814	1.854	8.796	0,20
Participação nos lucros ou resultados	454.885	370.350	238.554	325.085	218.156	1.607.030	36,15
Outros	12.032	14.980	15.799	31.256	16.539	90.606	2,04
Total - Indicadores Sociais Internos	968.450	1.041.833	793.583	905.918	735.546	4.445.330	100,00

Fonte: CEMIG, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012a, 2012b.

- INDICADORES SOCIAIS INTERNOS - ISI

Os Indicadores Sociais Internos - ISI são investimentos realizados pela empresa, internamente, com: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches e auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros.

Os Encargos Sociais Compulsórios referem-se a pagamentos obrigatórios com Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento e Previdência Privada. Tais pagamentos referem-se a plano de benefícios pós-emprego. A CEMIG paga contribuições para uma entidade separada - Previdência Privada (Fundo de previdência denominado Forluz). Este pagamento caracteriza-se como benefícios a empregados. Os valores referentes aos Indicadores Sociais Internos da CEMIG, no período entre 2007 a 2011 são apresentados na Tabela 1. Para efeito deste trabalho, o cálculo dos indicadores contemplará o somatório de ISI.

- INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (ISE)

Os Indicadores Sociais Externos - ISE são investimentos realizados com Educação, cultura, outras doações/subvenções/projetos/ esporte e tributos. Os investimentos relativos a Outras Doações/Subvenções/Projetos/ Esporte – contemplam patrocínios esportivos tais como para Sub-20 do América Futebol Clube. Outros projetos mantidos em Municípios mineiros, por indicação da Secretaria de Estado do Esporte (formação de atletas de rúgbi, esportes náuticos) também são incluídos neste item, assim como investimentos em Serviços Voluntários de Assistência Social – SERVAS. Estes últimos objetivam o combate à fome e promoção de atividades para fortalecimento da auto-estima. Os valores referentes aos Indicadores Sociais Externos da CEMIG, no período entre 2007 a 2011 são apresentados na Tabela 2.

Para efeito deste trabalho, o cálculo dos indicadores contemplará o somatório de ISE.

Tabela 2 – Indicadores Sociais Externos (ISE) – CEMIG - Período 2007 A 2011 - Composição

Indicadores Sociais Externos (Valores em R\$ mil)	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL	Part. %
Educação	2.427	2.369	2.805	401	1.024	9.026	0,03
Cultura	27.277	30.974	28.588	18.578	15.273	120.690	0,34
Outras Doações/Subvenções/Projeto ASIN/Esportes	15.295	12.118	13.972	58.460	84.600	184.445	0,52
Total das Contribuições para a Sociedade	44.999	45.461	45.365	77.439	100.897	314.161	0,88
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.254.922	6.709.892	6.928.957	6.929.903	8.396.455	35.220.129	99,12
Total - Indicadores Sociais Externos	6.299.921	6.755.353	6.974.322	7.007.342	8.497.352	35.534.290	100,00

Fonte: CEMIG, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012a, 2012b.

▪ INDICADORES AMBIENTAIS (IA)

Os Indicadores Ambientais - IA são investimentos realizados em medidas de prevenção, mitigação, compensação e controle dos impactos e riscos ambientais associados aos negócios da CEMIG. Para efeito deste trabalho, o cálculo dos indicadores contemplará os valores totais dos IA. Os valores investidos no IA não são caracterizados como desembolsos obrigatórios.

Tabela 3 – Indicadores Ambientais (IA): CEMIG, período 2007 a 2011

INDICADOR/PERÍODO	2007	2008	2009	2010	2011
Indicadores Ambientais (IA) - R\$ MIL	44.131	70.566	90.322	86.686	116.532

Fonte: CEMIG, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012a, 2012b.

5.1.2 Comparação dos Indicadores Sociais Internos, Externos e Ambientais considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB), Receita Líquida (RL), Resultado Operacional (RO)

Os valores base dos Indicadores contidos nos Balanços Sociais, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (ISI, ISE e IA) são comparados com os valores Folha de Pagamento Bruta (FPB), Receita Líquida (RL), Resultado Operacional (RO), em cada ano do período entre 2007 e 2011. Calcula-se o percentual dos investimentos relacionados a Indicadores Sociais Internos sobre os valores da Folha de Pagamento Bruta (FPB) e da Receita Líquida (RL). Já os investimentos relacionados

a Indicadores Sociais Externos e aos Indicadores Ambientais são comparados com os valores da Receita Operacional (RO) e também da Receita Líquida (RL).

A diferença existente entre RL e RO é que a Receita Líquida (RL) representa o total da receita bruta no ano, pela distribuição de energia, gás e oferta de serviços, excluindo Impostos e Encargos (ICMS, COFINS, PIS-PASEP, Encargos do Consumidor e Outros) enquanto que o Resultado Operacional (RO) representa a RL deduzidos os Custos Operacionais (custo com energia elétrica, gás e uso da rede de transmissão), Custo de Operação (pessoal e administradores, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização, custo de construção, despesas com vendas e outras despesas operacionais), Despesa Operacional (despesas com vendas, despesas/reversões gerais e administrativas, outras despesas operacionais) (CEMIG, 2012b).

A diferença essencial entre os 2 (dois) resultados reside no fato de que a apuração do Resultado Operacional (RO) pode apresentar prejuízos, enquanto que na apuração da RL não se pode apurar prejuízo, pois antecede a apuração do RO, não se deduzindo ainda os custos da empresa (operacionais, operação, despesas com vendas, etc.). Assim, a utilização da RL como parâmetro para o estabelecimento de uma política de investimentos socioambientais (ISI, ISE e IA) não haveria riscos de ocorrerem valores negativos, enquanto que a utilização de RO isto poderia ocorrer, função de possíveis resultados negativos, dependendo do desempenho da empresa.

Quanto à Folha de Pagamento Bruta (FPB), representa a soma de remuneração e encargos da folha de pagamento (CEMIG, 2012a).

Sendo RL, RO e FPB, Base de Cálculo para os Indicadores comparados de investimentos socioambientais, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI, com grande utilização pelas empresas em todo o mundo, acredita-se ser prudente não emitir comentários sobre sua relevância. Entretanto, no caso da FPB, pode-se apontar a questão de comparação de empresas altamente tecnológicas com pouquíssima dependência de Pessoal e aquelas com alta dependência de Mão de Obra. Acrescente-se também, as diferenças salariais ocasionadas por países socialmente mais desenvolvidos, bem como, pelo estágio de especializações/capacitações, cujas consequências são indivíduos ganhando muitas

vezes mais que a maioria dos outros indivíduos, trazendo reflexão sobre a consistência deste indicador (FPB). Estas questões originariam distorções em suas análises de comparabilidade dos indicadores apurados.

Com isso determinam-se 6 (seis) Indicadores de Desempenho-ID, relativos a resultados da empresa (Receita Operacional-RO e Receita Líquida-RL) e aos gastos com Folha de Pagamento Bruta-FPB, conforme apresentado nos Quadros 10 (Indicadores Sociais Internos-*ISI*), Quadro 11 (Indicadores Sociais Externos - *ISE*) e Quadro 12 (Indicadores Ambientais - *IA*).

5.1.3 Comparação dos Indicadores Sociais Internos (*ISI*) considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB) e Receita Líquida (RL)

O Quadro 10 apresenta a equação de mensuração dos valores dos indicadores de Desempenho relacionados aos Indicadores Sociais Internos (*ISI*) comparados com (FPB) e (RL).

Quadro 10 – Determinação e Mensuração dos ID modelo IBASE, segundo princípios do GRI (*ISI* x FPB e RL)

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS - <i>ISI</i>		
Confronto com	Origina	Equação (%)
FPB (Folha de Pagamento Bruta)	Indicador comparado de Investimentos Sociais Internos-Folha de Pagamento Bruta	$IC _{FPB} = \frac{\sum ISI}{FPB} \times 100$
RL (Receita Líquida)	Indicador comparado de Investimentos Sociais Internos-Receita Líquida	$IC _{RL} = \frac{\sum ISI}{RL} \times 100$

Fonte: Mattar, 2013

As equações do quadro acima são utilizadas no cálculo dos Indicadores comparados de *ISI* com FPB e RL, contidos na tabela 4.

5.1.4 Comparação dos Indicadores Sociais (ISE) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)

O Quadro 11 apresenta a equação de mensuração dos valores dos indicadores de Desempenho relacionados aos Indicadores Sociais Externos (ISE) comparados com (RO) e (RL).

Quadro 11 – Determinação e Mensuração dos ID modelo IBASE, segundo princípios do GRI (ISE x RO e RL)

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – ISE		
Confronto com	Origina	Equação (%)
RO (Resultado Operacional)	Indicador comparado de Investimentos Sociais Externos – Resultado Operacional	$ICE_{RO} = \frac{\sum ISE}{RO} \times 100$
RL (Receita Líquida)	Indicador comparado de Investimentos Sociais Externos - Receita Líquida	$ICE_{RL} = \frac{\sum ISE}{RL} \times 100$

Fonte: Mattar, 2013

As equações do quadro acima são utilizadas no cálculo dos Indicadores comparados de ISE com RO e RL, contidos na tabela 5.

5.1.5 Comparação dos Indicadores Ambientais (IA) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)

O Quadro 12 apresenta a equação de mensuração dos valores dos indicadores de Desempenho relacionados aos Indicadores Ambientais (IA) comparados com (RO) e (RL).

Quadro 12 – Determinação e Mensuração dos ID modelo IBASE, segundo princípios do GRI (IA x RO e RL)

INDICADORES AMBIENTAIS – IA		
Confronto com	Origina	Equação (%)
RO (Resultado Operacional)	Indicador comparado de Investimentos Ambientais-Resultado Operacional	$ICA_{RO} = \frac{\sum IA}{RO} \times 100$
RL (Receita Líquida)	Indicador comparado de Investimentos Ambientais - Receita Líquida	$ICA_{RL} = \frac{\sum IA}{RL} \times 100$

Fonte: Mattar, 2013

As equações do quadro acima são utilizadas no cálculo dos Indicadores comparados de IA com RO e RL, contidos na tabela 6.

5.1.6 Indicadores com exclusão de Investimentos compulsórios

Para atender ao conceito de Responsabilidade Social Empresarial estar associado à voluntariedade de investimentos em ações que fortaleçam os aspectos de benefícios sociais de preservação ambiental do *triple bottom line*: pessoas (a sociedade), planeta (ambiental) e lucro (economia) são selecionados indicadores que isentam de seus valores, quaisquer investimento compulsório.

Os indicadores selecionados constituem-se em 18 no total. São calculados utilizando os valores contidos nos Balanços Sociais modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (ISI, ISE), excluindo-se destes, os valores relacionados a pagamentos de Tributos e de Encargos Sociais Compulsórios: Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios (ISI-ESC) e Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T). Este tratamento não é feito nos Indicadores Ambientais por não ser possível determinar investimentos ambientais com desembolso obrigatório.

Os valores dos Indicadores contidos nos Balanços Sociais modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (ISI, ISE e IA), os selecionados Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios (ISI-ESC) e os Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T) são então comparados considerando: Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB). Os dados utilizados são extraídos das Demonstrações de Resultados (ROB, RL, LB, RO, RAIP e RLE), dos Balanços Patrimoniais (CS e PL) e do Balanço Social (FPB).

Esta comparação atende à perspectiva de RSE assumida neste trabalho, considerando apenas investimentos sociais de caráter voluntário.

- DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A relevância percebida pelo autor, para os dados extraídos das Demonstrações de Resultados, Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP) e Resultado Líquido do Exercício (RLE), é enumerada abaixo.

A relevância percebida para utilização de Receita Operacional Bruta (ROB) está em sua composição, ou seja, o total da receita bruta obtida pela empresa sem nenhuma dedução quer de impostos sobre vendas quer referente à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A utilização deste parâmetro (ROB) para determinação dos valores em investimentos socioambientais representaria a permanente alocação de recursos para tal finalidade, independentemente da performance da empresa, quanto à geração de lucros, pois nesta fase da apuração (ROB) ainda não é possível conhecer a real situação da apuração do resultado (se lucro ou prejuízo), eliminando a possibilidade de investimento zero. Por outro lado demonstraria que a empresa estabelece este valor em função do que a sociedade lhe prestigia, ao adquirir seus produtos e serviços. Assim estaria atrelado à eficiência em faturar, da empresa, em função das aquisições de seus clientes, retornando à sociedade, ao qual está inserida, valores proporcionais aos dela recebidos.

Por ser a Receita Líquida (RL) o total da receita bruta no ano, excluindo Impostos e Encargos (ICMS, COFINS, PIS-PASEP, Encargos do Consumidor e Outros), nesta etapa da apuração não haveria riscos de ocorrerem valores negativos. Portanto, acredita-se que sua utilização como parâmetro para determinação de valores em investimentos socioambientais, também seria relevante para a sociedade no qual está inserida a empresa. Poderia encontrar ressonância/argumentos para sua utilização, entre seus *stakeholders*, pela sua composição, já descontando os impostos.

Lucro Bruto (LB) representa uma fase adiantada da apuração do resultado da empresa, pois considera o ROB **deduzidos** os Custos Operacionais e Custo de Operação. Custos Operacionais são compostos por: Custo com Energia Elétrica e Gás; Energia Elétrica Comprada para Revenda; Encargos de Uso da Rede Básica

de Transmissão e Gás Comprado para Revenda. Os Custos de Operação contemplam despesas com: Pessoal e administração; Materiais; Serviços de terceiros; Depreciação e Amortização; Provisões Operacionais; Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos; Custo de Construção e Outras (CEMIG, 2012b).

A utilização do Lucro Bruto (LB) como parâmetro para a empresa estabelecer o valor a ser investido em ISI, ISE e IA, pode representar relevância quando a empresa for eficiente na geração de lucro bruto, mostrando-se critério justo, pois além da condicionante LB, também daria clareza às políticas de RSE de uma empresa. Acrescente-se que, em se tratando de resultado, haveria argumentos entre seus *stakeholders* para sua adoção.

Sendo o Resultado Operacional (RO) uma etapa seguinte à apuração do LB, agora deduzindo também as despesas com vendas, gerais e administrativas e outras, acredita-se também que sua utilização, como parâmetro para determinação de valores em investimentos socioambientais, encontraria também ressonância/argumentos para sua utilização, entre seus *stakeholders*.

Quanto ao Resultado antes dos Impostos e Participações (RAIP), representa o Resultado Operacional acrescido das Receitas Financeiras e deduzidas as Despesas financeiras. Contempla a soma de todas as receitas deduzidas de todas as despesas, exceto Imposto de Renda e Contribuição Social (CEMIG, 2012b).

Observa-se relevância em sua utilização pela sua composição, especialmente para as empresas eficientes na geração de Resultado antes dos Impostos e Participações. Por ser um resultado, cuja apuração já sinalizaria a performance da empresa naquele ano, acredita-se que sua utilização como parâmetro para determinação de valores em investimentos socioambientais, encontraria ressonância/argumentos para sua utilização, entre seus *stakeholders*.

Resultado Líquido do Exercício (RLE) contempla o total das receitas, deduzidas todas as despesas inclusive o Imposto de Renda e Contribuição social, ou seja, representa o Resultado Líquido do Exercício (CEMIG, 2012b). Também é denominado de Lucro Líquido do Exercício.

Iudícibus, Martins, Gelbcke (1981, p. 43), define com clareza o Resultado Líquido do Exercício:

De fato, o lucro ou prejuízo líquido apurado nessa demonstração é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois, além dos itens normais, já se deduzem como despesas o imposto de renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, pertence aos acionistas, ou distribuídos como dividendos.

É relevante o atrelamento dos investimentos socioambientais a esta base de cálculo/resultado operacional (RLE), por contemplar um parâmetro cuja riqueza gerada pela organização, seja devolvida à comunidade de forma proporcional. Por representar o Resultado Líquido do Exercício também denominado Lucro Líquido do Exercício, uma política de RSE baseada neste RLE, no meio empresarial, teria ressonância, pois os investimentos ocorreriam de acordo com os resultados obtidos. Evidentemente, para empresas cujos resultados (lucros ou prejuízos) variam de ano para ano, faz-se necessário refletir sobre a prudência na utilização deste indicador como política para determinação de valores de investimentos socioambientais.

- OS DADOS EXTRAÍDOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

Abaixo, comenta-se à relevância percebida pelo autor, para os dados extraídos dos Balanços Patrimoniais, Capital Social (CS) e Patrimônio Líquido (PL).

Capital Social (CS) representa montante de recursos próprios investidos pelos acionistas, detentores de Ações. Iudícibus, Martins, Gelbcke (1981), conceitua Capital Social como investimento efetuado pelos acionistas, na companhia. Salientam que também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisão dos proprietários, se incorporam ao capital social.

O CFC (2003) conceitua Capital social: “São os valores aportados pelos proprietários e os decorrentes de incorporação de reservas de lucros”.

Trata-se, portanto, da soma de todos os investimentos de acionistas na empresa.

Um parâmetro para determinação de valores investidos em ISI, ISE e IA atrelados ao Capital Social (CS), estaria desvinculado de possíveis resultados negativos. É relevante por considerar os resultados acumulados pela empresa, no decorrer de sua existência, uma vez que, o CS integralizado, normalmente, reflete as conquistas da empresa, no transcorrer de suas operações no tempo, desvinculados de resultado de um único ano. O CS é composto, normalmente, por valores integralizados, inicialmente, pelos acionistas e posteriormente, no decorrer dos anos, são adicionados os lucros oriundos de seus resultados, decorrentes de suas operações. Toda empresa está exposta à intercorrências momentâneas, que podem levar a resultados inesperados e indesejáveis, e o atrelamento dos valores de ISI, ISE e IA, ao CS evitaria descontinuidade nestes investimentos. Outra relevância a considerar é que para empresas ineficientes na geração de resultados, os recursos não seriam escasseados.

Patrimônio Líquido (PL) é considerado pelos analistas, como Patrimônio Próprio da Empresa, função da natureza das contas. No caso CEMIG representa a soma dos valores referentes ao Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ajustes Acumulados de Conversão e Recursos Destinados a Aumento de Capital (CEMIG, 2012b).

O CFC (2003) conceitua: “O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade e seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo (Ativo menos Passivo). Portanto, o valor do Patrimônio Líquido pode ser positivo, nulo ou Negativo”. Destaca ainda que as contas que compõem o Patrimônio Líquido devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Capital - São os valores aportados pelos proprietários e os decorrentes de incorporação de reservas de lucros.

II – Reservas - São os valores decorrentes de retenções de lucros, de reavaliação de ativos e de outras circunstâncias.

Destaca-se que a natureza do PL assemelha-se ao CS, porém numa amplitude maior ao considerar em seus valores, além do CS, aqueles à disposição da assembleia de acionistas aguardando deliberação, inclusive para o aumento de CS.

Também reflete as conquistas da empresa no transcorrer de suas operações no tempo, desvinculados de resultado de um único ano. No caso da CEMIG, a título de exemplo, o CS em 2011 montava R\$ 3.412.073 mil e o PL R\$ 11.744.948 mil. É relevante, ao considerar normalmente, valores mais significativos do que o CS, cujos resultados acumulados pela empresa, no decorrer de suas operações, contemplam valores adicionais além do CS, tais como Reservas de Capital (em 2011 – R\$ 3.953.850 mil), Reservas de Lucros (em 2011 – R\$ 3.292.871 mil), etc., que poderão ser inclusive destinados à integralização de CS, dependendo da deliberação dos acionistas.

Portanto, um parâmetro para determinação de valores investidos em ISI, ISE e IA atrelado ao PL, estaria desvinculado de possíveis resultados negativos momentâneos e gerando valores expressivos nestes investimentos.

- DADOS EXTRAÍDOS DOS BALANÇOS SOCIAIS

Sobre o dado extraído dos Balanços Sociais, reforça-se que a Folha de Pagamento Bruta (FPB), representa a soma de remuneração e encargos da folha de pagamento (CEMIG, 2012a).

Sendo FPB, Base de Cálculo para os Indicadores comparados de investimentos socioambientais, pode-se apontar a questão de comparação de empresas altamente tecnológicas com pouquíssima dependência de Pessoal e aquelas com alta dependência de Mão de Obra. Acrescente-se também, as diferenças salariais ocasionadas por países socialmente mais desenvolvidos, bem como, pelo estágio de especializações/capacitações, cujas consequências são indivíduos ganhando muitas vezes mais que a maioria dos outros indivíduos, trazendo reflexão sobre a consistência deste indicador (FPB). Estas questões originariam distorções em suas análises de comparabilidade dos indicadores apurados. Apesar deste entendimento, entretanto, para manter a coerência neste trabalho, adotou-se também a comparação com esta Base de Cálculo.

▪ INDICADORES SOCIAIS INTERNOS EXCLUINDO ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS – (ISI-ESC)

O Quadro 13 apresenta a equação de mensuração dos valores dos indicadores de Desempenho relacionados aos Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios-(ISI-ESC).

Quadro 13 – ISI-ESC – Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios: Determinação e Mensuração dos ID Selecionados, com Valores Voluntários

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS EXCLUINDO ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS (ISI-ESC)		
Confronto com	Origina	Equação (%)
ROB (Receita Operacional Bruta)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios - Receita Operacional Bruta	$ICI-ESC_{ROB} = \frac{\sum ISI - ESC}{ROB} \times 100$
RL (Receita Líquida)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios - Receita Líquida	$ICI-ESC_{RL} = \frac{\sum ISI - ESC}{RL} \times 100$
LB (Lucro Bruto)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Lucro Bruto	$ICI-ESC_{LB} = \frac{\sum ISI - ESC}{LB} \times 100$
RO (Resultado Operacional)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Resultado Operacional	$ICI-ESC_{RO} = \frac{\sum ISI - ESC}{RO} \times 100$
RAIP (Resultado Antes dos Impostos e Participações)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Resultado Antes dos Impostos e Participações	$ICI-ESC_{RAIP} = \frac{\sum ISI - ESC}{RAIP} \times 100$
RLE (Resultado Líquido do Exercício)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Resultado Líquido do Exercício	$ICI-ESC_{RLE} = \frac{\sum ISI - ESC}{RLE} \times 100$
CS (Capital Social)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Capital Social	$ICI-ESC_{CS} = \frac{\sum ISI - ESC}{CS} \times 100$
PL (Patrimônio Líquido)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Patrimônio Líquido	$ICI-ESC_{PL} = \frac{\sum ISI - ESC}{PL} \times 100$
FPB (Folha de Pagamento Bruta)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Folha de Pagamento Bruta	$ICI-ESC_{FPB} = \frac{\sum ISI - ESC}{FPB} \times 100$

Fonte: Mattar, 2013

As equações do quadro acima são utilizadas no cálculo dos Indicadores Comparados de ISI-ESC com ROB, RL, LB, RO, RAIP, RLE, CS, PL e FPB, contidos na tabela 8.

▪ INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS EXCLUINDO TRIBUTOS - (ISE-T)

O quadro 14 apresenta a equação de mensuração dos valores dos indicadores de Desempenho relacionados aos Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T).

Quadro 14 – ISE-T – Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos: Determinação e Mensuração dos ID Selecionados, com Valores Voluntários

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS EXCLUINDO TRIBUTOS (ISE-T)		
Confronto com	Origina	Equação (%)
ROB (Receita Operacional Bruta)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos - Receita Operacional Bruta	$ICE-T_{ROB} = \frac{\sum ISE - T}{ROB} \times 100$
RL (Receita Líquida)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos - Receita Líquida	$ICE-T_{RL} = \frac{\sum ISE - T}{RL} \times 100$
LB (Lucro Bruto)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – Lucro Bruto	$ICE-T_{LB} = \frac{\sum ISE - T}{LB} \times 100$
RO (Resultado Operacional)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos – Resultado Operacional	$ICE-T_{RO} = \frac{\sum ISE - T}{RO} \times 100$
RAIP (Resultado Antes dos Impostos e Participações)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos – Resultado Antes dos Impostos e Participações	$ICE-T_{RAIP} = \frac{\sum ISE - T}{RAIP} \times 100$
RLE (Resultado Líquido do Exercício)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos – Resultado Líquido do Exercício	$ICE-T_{RLE} = \frac{\sum ISE - T}{RLE} \times 100$
CS (Capital Social)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos – Capital Social	$ICE-T_{CS} = \frac{\sum ISE - T}{CS} \times 100$
PL (Patrimônio Líquido)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos – Patrimônio Líquido	$ICE-T_{PL} = \frac{\sum ISE - T}{PL} \times 100$
FPB (Folha de Pagamento Bruta)	Indicador Comparado de Investimentos Sociais Externos excluindo Tributos – Folha de Pagamento Bruta	$ICE-T_{FPB} = \frac{\sum ISE - T}{FPB} \times 100$

Fonte: Mattar, 2013

As equações do quadro acima são utilizadas no cálculo dos Indicadores Comparados de ISE-T com ROB, RL, LB, RO, RAIP, RLE, CS, PL e FPB, contidos na tabela 10.

5.1.7 Resultados e Comentários

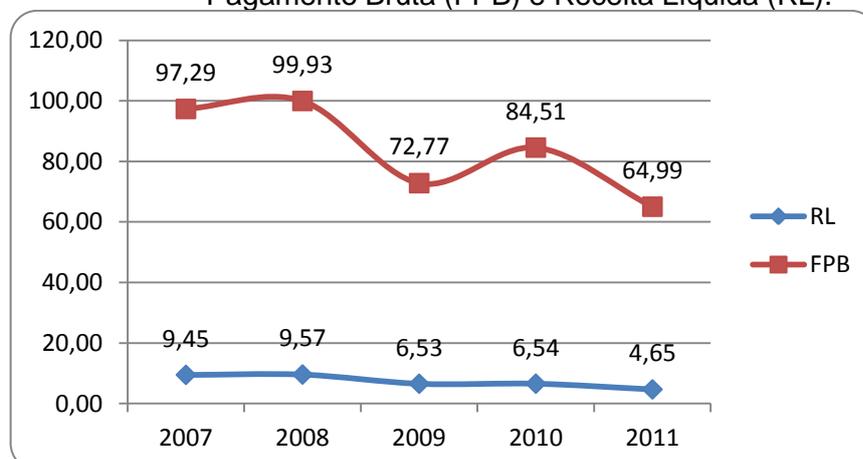
Nesta seção, apresentar-se-ão os resultados e respectivos comentários. Para melhor compreensão, foi subdividida em Indicadores contidos nos Balanços Sociais modelo IBASE, segundo os princípios do GRI e aqueles selecionados, de natureza voluntária.

Como já descrito anteriormente, os indicadores utilizados no Relatório de Sustentabilidade, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (*Global Reporting Initiative*), são ISI (Indicadores Sociais Internos), ISE (Indicadores Sociais Externos) e IA (Indicadores Ambientais). A seguir detalham-se os resultados da comparação dos indicadores com suas respectivas Base de Cálculo.

5.1.8 Comparação dos Indicadores Sociais Internos (ISI) considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB) e Receita Líquida (RL)

A figura 2 demonstra a comparação de ISI com FPB e RL e a tabela 4 explicita os resultados da comparação dos ISI considerando FPB e RL.

Figura 2 – Indicadores comparados dos Investimentos Sociais Internos (ISI) com Folha de Pagamento Bruta (FPB) e Receita Líquida (RL).



Fonte: Mattar, 2013

Tabela 4- Comparação dos Indicadores Sociais Internos (ISI) considerando Folha de Pagamento Bruta (FPB) e Receita Líquida (RL)

BASE DE CÁLCULO - R\$ MIL	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
Receita Operacional Líquida (RL)	IBASE	10.245.914	10.890.319	12.158.312	13.846.934	15.814.227	54,4%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	IBASE	995.456	1.042.601	1.090.580	1.071.921	1.131.846	13,7%
1 - Indicadores Sociais Internos (ISI) - R\$ MIL	IBASE	968.450	1.041.833	793.583	905.918	735.546	- 24,1%
INDICADOR - RESULTADOS		%	%	%	%	%	
1.1 - % ISI/Receita Líquida (RL)	IBASE	9,45	9,57	6,53	6,54	4,65	- 50,8%
1.2 - % ISI/Folha de Pagamento Bruta (FPB)	IBASE	97,29	99,93	72,77	84,51	64,99	- 33,2%

Fonte: Mattar, 2013

Tabela 5 Comparação dos Indicadores Sociais Externos (ISE) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)

BASE DE CÁLCULO (R\$ MIL)	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
Receita Operacional Líquida (RL)	IBASE	10.245.914	10.890.319	12.158.312	13.846.934	15.814.227	54,4%
Receita/Resultado Operacional (RO)	IBASE	2.938.709	3.290.987	3.691.792	3.646.795	4.412.909	50,2%
1 - Indicadores Sociais Externos (ISE) - R\$ MIL	IBASE	6.299.921	6.755.353	6.974.322	7.007.342	8.497.352	34,9%
INDICADOR - RESULTADOS		%	%	%	%	%	%
1.1 - % ISE/Receita Líquida (RL)	IBASE	61,49	62,03	57,36	50,61	53,73	- 12,6%
1.2 - % ISE/Resultado Operacional (RO)	IBASE	214,38	205,27	188,91	192,15	192,56	- 10,2%

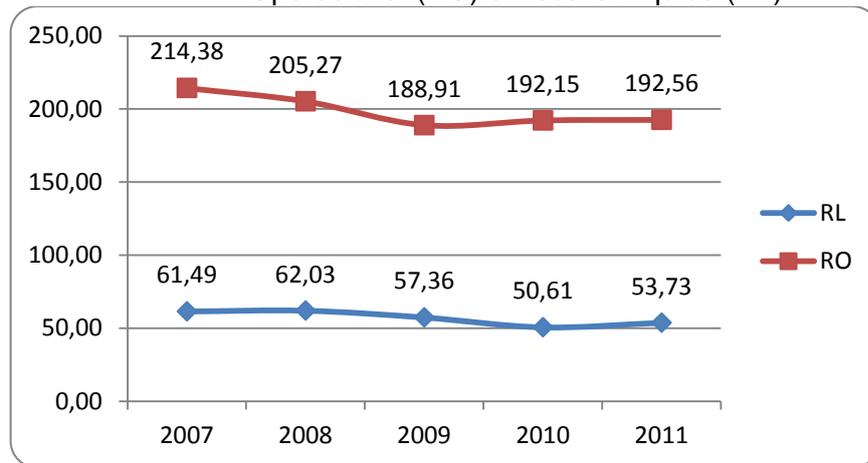
Fonte: Mattar, 2013

5.1.9 Comparação dos Indicadores Sociais (ISE) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)

A tabela 5 apresenta os resultados da comparação dos ISE considerando RL e RO.

A figura 3 demonstra a comparação de ISE com RL e RO.

Figura 3 – Indicadores comparados dos Investimentos Sociais Externos (ISE) com Receita Operacional (RO) e Receita Líquida (RL).



Fonte: Mattar, 2013

5.1.10 Comparação dos Indicadores Ambientais (IA) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)

A tabela 6 contempla os resultados da relativização dos IA considerando RL e RO.

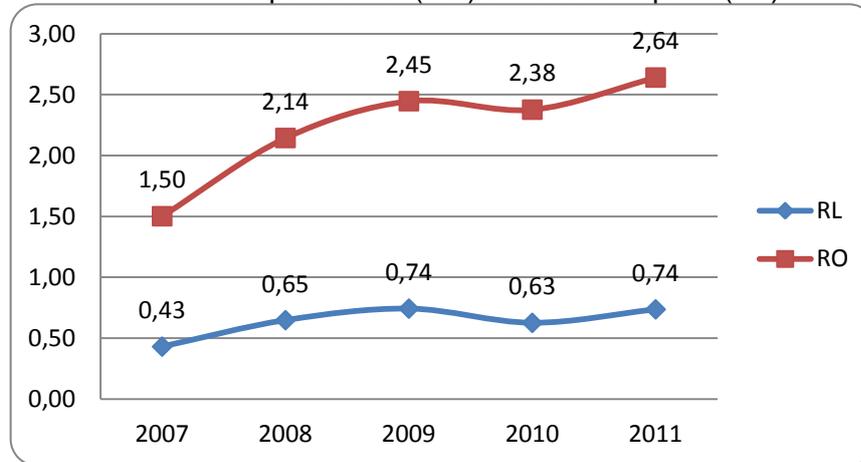
Tabela 6 - Comparação dos Indicadores Ambientais (IA) considerando Receita Líquida (RL) e Resultado Operacional (RO)

BASE DE CÁLCULO (R\$ MIL)	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
Receita Operacional Líquida (RL)	IBASE	10.245.914	10.890.319	12.158.312	13.846.934	15.814.227	54,4%
Receita/Resultado Operacional (RO)	IBASE	2.938.709	3.290.987	3.691.792	3.646.795	4.412.909	50,2%
1 - Indicadores Ambientais (IA) - R\$ MIL	IBASE	44.131	70.566	90.322	86.686	116.532	164,1%
INDICADOR – RESULTADOS		%	%	%	%	%	%
1.1 - % IA/Receita Líquida (RL)	IBASE	0,43	0,65	0,74	0,63	0,74	72,1%
1.2 - % IA/Resultado Operacional (RO)	IBASE	1,50	2,14	2,45	2,38	2,64	76,0%

Fonte: Mattar, 2013

A figura 4 contempla a comparação de IA com RL e RO.

Figura 4 – Indicadores Comparados dos Investimentos Ambientais (IA) com Receita Operacional (RO) e Receita Líquida (RL).



Fonte: Mattar, 2013

5.1.11 Indicadores com isenção de Investimentos compulsórios

A tabela 7 apresenta os valores dos investimentos socioambientais de **caráter voluntário**. Estes dados foram extraídos dos Balanços Sociais. Tem-se, desta forma os valores denominados ISI-ESC (Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios), eliminando assim os Encargos Sociais Compulsórios de natureza obrigatória, compatibilizando os valores com a doutrina contemplada neste trabalho.

Tabela 7 – Composição do ISI-ESC

CÁLCULO DO ISI-ESC (ISI Excluindo Encargos Sociais Compulsórios) - R\$ MIL							
PROPOSTA DE ISI CONTEMPLANDO APENAS INVESTIMENTOS VOLUNTÁRIOS (ISI-ESC)							
INDICADOR	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL	Part. %
ISI	968.450	1.041.833	793.583	905.918	735.546	4.445.330	100
ESC	250.884	255.475	236.536	268.002	278.467	1.289.364	29
ISI-ESC	717.566	786.358	557.047	637.916	457.079	3.155.966	71

Fonte: Mattar, 2013

Onde:

ISI = Indicadores Sociais Internos

ESC = Encargos Sociais Compulsórios

ISI-ESC = Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios.

Tabela 8 – Resultados: Indicadores Comparação (ISI-ESC) X (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB)

BASE DE CÁLCULO - R\$ MIL	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
1 - Receita Operacional Bruta (ROB)	SELEC.	15.789.531	16.487.841	17.895.720	19.941.661	22.810.729	44,5%
2 - Receita Líquida (RL)	IBASE	10.245.914	10.890.319	12.158.312	13.846.934	15.814.227	54,4%
3 - Lucro Bruto (LB)	SELEC..	3.921.819	4.067.171	4.762.595	4.878.540	5.857.403	49,4%
4 - Resultado Operacional (RO)	IBASE	3.284.224	3.384.616	3.691.792	3.646.795	4.412.909	50,2%
5 - Resultado antes dos Impostos e Participações (RAIP)	SELEC.	2.938.709	3.290.987	3.337.301	2.822.286	3.356.374	14,2%
6 - Resultado Líquido do Exercício (RLE)	SELEC.	1.742.761	1.887.035	2.206.338	2.257.976	2.415.450	38,6%
7 - Capital Social (CS)	SELEC.	2.432.307	2.481.508	3.101.884	3.412.073	3.412.073	40,3%
8 - Patrimônio Líquido (PL)	SELEC.	8.408.056	9.351.634	11.165.501	11.476.133	11.744.948	39,7%
9 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	IBASE	995.456	1.042.601	1.090.580	1.071.921	1.131.846	13,7%

PROPOSTA DE CÁLCULO DOS INDICADORES CONTEMPLANDO APENAS INVESTIMENTOS VOLUNTÁRIOS

INDICADOR		2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
1 - Indicadores Sociais Internos (ISI) - R\$ MIL	IBASE	968.450	1.041.833	793.583	905.918	735.546	- 24,1%
(-) Encargos Sociais Obrigatórios - (ESC) - R\$ MIL	SELEC.	250.884	255.475	236.536	268.002	278.467	11,0%
2 - Total de ISI excluindo ESC (ISI-ESC)-R\$ MIL	SELEC.	717.566	786.358	557.047	637.916	457.079	- 36,3%

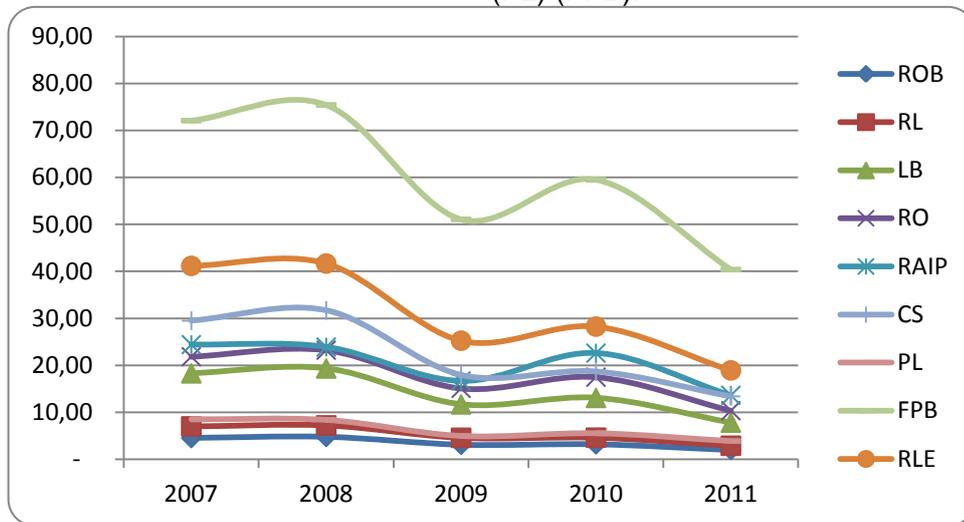
(Continuação da Tabela 8)

INDICADORES COMPARADOS - RESULTADOS (%)	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
1.1 - % ISI-ESC/Receita Operacional Bruta (ROB)	SELEC.	4,54	4,77	3,11	3,20	2,00	- 56,0%
1.2 - % ISI-ESC/Receita Líquida (RL)	IBASE	7,00	7,22	4,58	4,61	2,89	- 58,7%
1.3 - % ISI-ESC/Lucro Bruto (LB)	SELEC.	18,30	19,33	11,70	13,08	7,80	- 57,4%
1.4 - % ISI-ESC/Resultado Operacional (RO)	IBASE	21,85	23,23	15,09	17,49	10,36	- 52,6%
1.5 - % ISI-ESC/Resultado antes Imp. e Partic.(RAIP)	SELEC.	24,42	23,89	16,69	22,60	13,62	- 44,2%
1.6 - % ISI-ESC/Resultado Líquido do Exercício (RLE)	SELEC.	41,17	41,67	25,25	28,25	18,92	- 54,0%
1.7 - % ISI-ESC/Capital Social (CS)	SELEC.	29,50	31,69	17,96	18,70	13,40	- 54,6%
1.8 - % ISI-ESC/Patrimônio Líquido (PL)	SELEC.	8,53	8,41	4,99	5,56	3,89	- 54,4%
1.9 - % ISI-ESC/Patrimônio Líquido (FPB)	IBASE	72,08	75,42	51,08	59,51	40,38	- 44,0%

Fonte: Mattar, 2013

A figura 5 explicita a comparação de ISI-ESC com: Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB).

Figura 5 – Indicadores Comparados dos Indicadores Sociais Internos, Excluindo Encargos Sociais Compulsórios - ISI-ESC com (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB).



Fonte: Mattar, 2013

▪ VALORES DE INVESTIMENTOS SOCIAIS EXTERNOS EXCLUINDO TRIBUTOS – (ISE-T)

Os indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T) são calculados a partir da somatória dos ISE, excluindo destes, os Tributos (T), dando origem aos indicadores Sociais Externos excluindo Tributos (ISE-T). Tabela 9.

Tabela 9 – Cálculo do ISE-T (ISE excluindo TRIBUTOS) - R\$ MIL

INDICADOR	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL	PART. %
ISE	6.299.921	6.755.353	6.974.322	7.007.342	8.497.352	35.534.290	100,00
T	6.254.922	6.709.892	6.928.957	6.929.903	8.396.455	35.220.129	99,12
ISE - T	44.999	45.461	45.365	77.439	100.897	314.161	0,88

Fonte: Mattar, 2013

Onde:

ISE = Indicadores Sociais Externos

T = Tributos

ISE-T = Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos

Tabela 10 Resultados - Indicadores Comparação - ISE-T X (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB)

BASE DE CÁLCULO - R\$ MIL	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
1 - Receita Operacional Bruta (ROB)	SELEC.	15.789.531	16.487.841	17.895.720	19.941.661	22.810.729	44,5%
2 - Receita Líquida (RL)	IBASE	10.245.914	10.890.319	12.158.312	13.846.934	15.814.227	54,4%
3 - Lucro Bruto (LB)	SELEC.	3.921.819	4.067.171	4.762.595	4.878.540	5.857.403	49,4%
4 - Resultado Operacional (RO)	IBASE	3.284.224	3.384.616	3.691.792	3.646.795	4.412.909	50,2%
5 - Resultado antes dos Impostos e Participações (RAIP)	SELEC.	2.938.709	3.290.987	3.337.301	2.822.286	3.356.374	14,2%
6 - Resultado Líquido do Exercício (RLE)	SELEC.	1.742.761	1.887.035	2.206.338	2.257.976	2.415.450	38,6%
7 - Capital Social (CS)	SELEC.	2.432.307	2.481.508	3.101.884	3.412.073	3.412.073	40,3%
8 - Patrimônio Líquido (PL)	SELEC.	8.408.056	9.351.634	11.165.501	11.476.133	11.744.948	39,7%
9 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	IBASE	995.456	1.042.601	1.090.580	1.071.921	1.131.846	13,7%

PROPOSTA DE CÁLCULO DOS INDICADORES CONTEMPLANDO APENAS INVESTIMENTOS VOLUNTÁRIOS

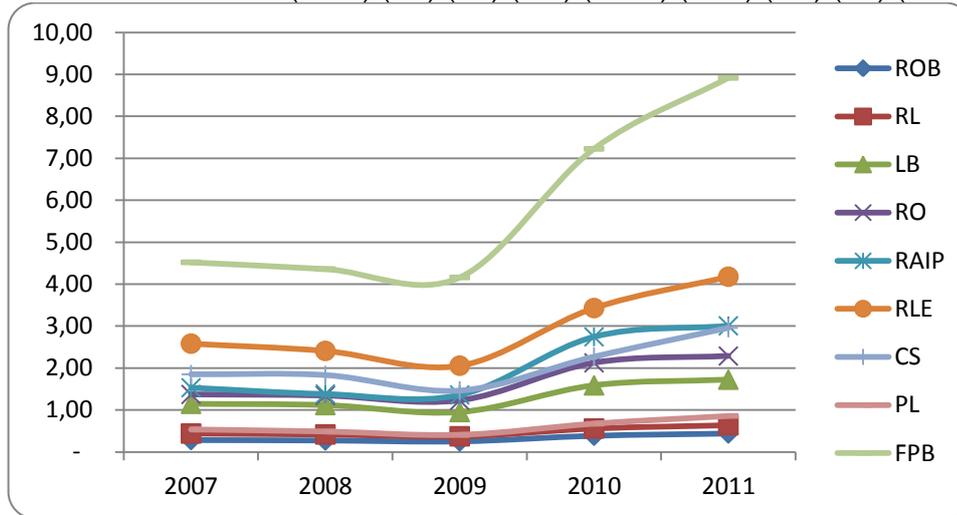
INDICADOR		2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
1 - Indicadores Sociais Externos (ISE) - R\$ MIL	IBASE	6.299.921	6.755.353	6.974.322	7.007.342	8.497.352	34,9%
(-) TRIBUTOS (T) - R\$ MIL	SELEC.	6.254.922	6.709.892	6.928.957	6.929.903	8.396.455	34,2%
2 - Total de ISE excluindo Tributos (ISE-T) - R\$ MIL	SELEC.	44.999	45.461	45.365	77.439	100.897	124,2%

INDICADORES COMPARADOS - RESULTADOS (%)	IND.	2007	2008	2009	2010	2011	VAR % 11/07
1.1 - % ISE-T/Receita Operacional Bruta (ROB)	SELEC.	0,28	0,28	0,25	0,39	0,44	57,1%
1.2 - % ISE-T/Receita Líquida (RL)	IBASE	0,44	0,42	0,37	0,56	0,64	45,5%
1.3 - % ISE-T/Lucro Bruto (LB)	SELEC.	1,15	1,12	0,95	1,59	1,72	49,6%
1.4 - % ISE-T/Resultado Operacional (RO)	IBASE	1,37	1,34	1,23	2,12	2,29	67,2%
1.5 - % ISE-T/Resultado antes dos Impostos e Participações (RAIP)	SELEC.	1,53	1,38	1,36	2,74	3,01	96,7%
1.6 - % ISE-T/Resultado Líquido do Exercício (RLE)	SELEC.	2,58	2,41	2,06	3,43	4,18	62,0%
1.7 - % ISE-T/Capital Social (CS)	SELEC.	1,85	1,83	1,46	2,27	2,96	60,0%
1.8 - % ISE-T/Patrimônio Líquido (PL)	SELEC.	0,54	0,49	0,41	0,67	0,86	59,3%
1.9 - % ISE-T/Folha de Pagamento Bruta (FPB)	IBASE	4,52	4,36	4,16	7,22	8,91	97,1%

Fonte: Mattar, 2013

A figura 6 contempla a comparação de ISE-T com: Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB).

Figura 6 – Indicadores Comparados dos Indicadores Sociais Externos, Excluindo Tributos - ISE-Tcom (ROB) (RL) (LB) (RO) (RAIP) (RLE) (CS) (PL) (FPB).



Fonte: Mattar, 2013

5.1.12 Avaliação da Performance – Valores Monetários

Evolução dos Valores Monetários de Investimentos Socioambientais divulgados nos Balanços Sociais, modelo IBASE, segundo os princípios do GRI (ISI, ISE e IA)

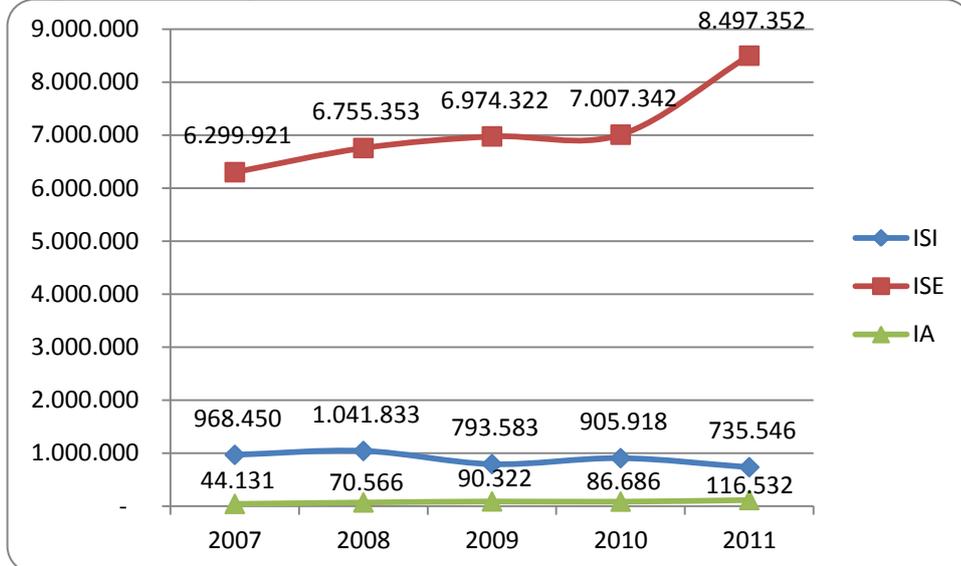
Tabela 11 - Evolução dos valores monetários investidos em ISI, ISE e IA

Investimentos Socioambientais	2007	2008	2009	2010	2011	VAR R\$
	R\$ Mil					11/07
Indicadores Sociais Internos - ISI	968.450	1.041.833	793.583	905.918	735.546	-232.904
Indicadores Sociais Externos - ISE	6.299.921	6.755.353	6.974.322	7.007.342	8.497.352	2.197.431
Indicadores Ambientais - IA	44.131	70.566	90.322	86.686	116.532	72.401
TOTAL	7.312.502	7.867.752	7.858.227	7.999.946	9.349.430	2.036.928

Fonte: Mattar, 2013

A figura 7 demonstra a evolução dos valores monetários investidos em ISI, ISE e IA, no período.

Figura 7 – Evolução dos valores monetários investidos em ISI, ISE e IA



Fonte: Mattar, 2013

- EVOLUÇÃO DOS VALORES MONETÁRIOS DE INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS, CONTEMPLANDO INDICADORES SELECIONADOS (ISI-ESC, ISE-T E IA)

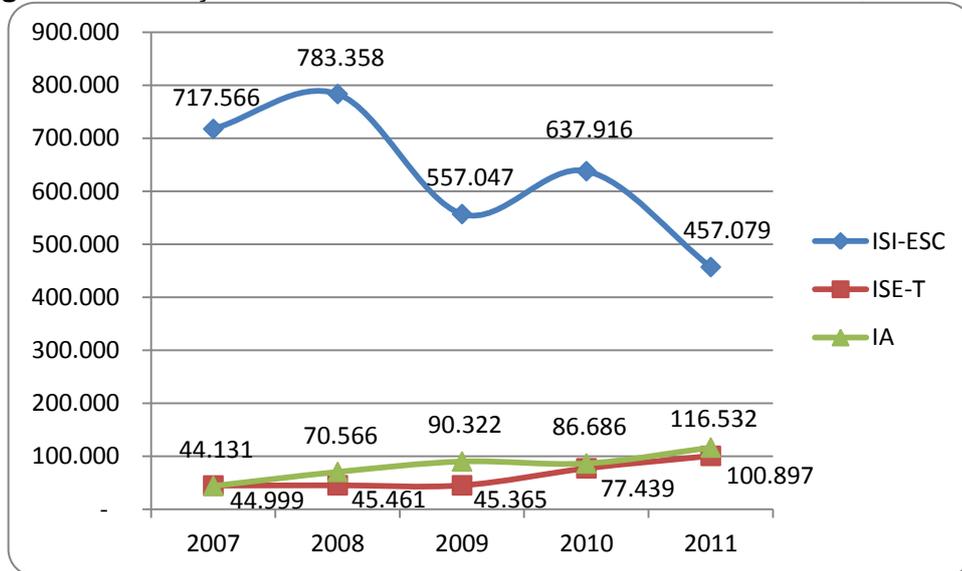
Tabela 12 - Evolução dos valores monetários investidos em ISI-ESC, ISE-T e IA

Investimentos Socioambientais – R\$ MIL	2007	2008	2009	2010	2011	VAR R\$
			R\$ Mil			11/07
Ind. Soc. Internos Excluindo ESC - (ISI-ESC)	717.566	783.358	557.047	637.916	457.079	- 260.487
Ind. Soc. Externos Excluindo Tributos - (ISE-T)	44.999	45.461	45.365	77.439	100.897	55.898
Indicadores Ambientais – IA	44.131	70.566	90.322	86.686	116.532	72.401
TOTAL	806.696	899.385	692.734	802.041	674.508	- 132.188

Fonte: Mattar, 2013

A figura 8 explicita a evolução dos valores monetários investidos em ISI-ESC, ISE-T e IA, no período.

Figura 8 – Evolução dos valores monetários investidos em ISI-ESC, ISE-T e IA



Fonte: Mattar, 2013

5.2 Análise dos resultados

Os resultados analisados, para cada conjunto de indicadores ISI, ISE, IA, ISI-ESC e ISE-T, estão detalhados a seguir.

5.2.1 Indicadores Sociais Internos-ISI

Os indicadores permitem dizer que no período de 2007 a 2011 houve redução significativa nos valores monetários (R\$ 232.904 mil) no indicador ISI de R\$ 968.450 mil à R\$ 735.546 mil, ou 24,1% (tabela 11).

Em relação aos indicadores comparados ISI/considerando a receita líquida-RL observou-se redução de 50,8% nos investimentos, ou seja, 9,45% (R\$ 968.450 mil) a 4,65% (R\$ 735.546 mil), 2007 e 2011, enquanto que a ISI/considerando a folha de pagamento bruta-FPB, notou-se redução nos investimentos de 33,2%, qual seja de 97,29% para 64,99% (tabela 4), apesar do crescimento da RL, no período, de 54,4%

(10.245.914 em 2007 para 15.814.227 em 2011) e de 13,7% da FPB (R\$ 995.456 mil) em 2007 para R\$ 1.131.846 mil em 2011).

5.2.2 Indicadores Sociais Externos-ISE

Os valores permitem concluir que no período de 2007 a 2011 houve aumento de 34,9% nos valores monetários de ISE no caso R\$ 6.299.921 mil à R\$ 8.497.352 mil (tabela 5).

Entretanto, ao considerar o % ISE/RL e % ISE/RO no período 2007 e 2011, observa-se a redução nos investimentos, ou seja, % ISE/RL 61,49% a 53,73% (redução de 12,6%), ISE/RO 214,38% à 192,56% (redução de 10,2%), apesar de ter ocorrido neste período o crescimento da RL de 54,4% (R\$ 10.245.914 mil em 2007 para R\$ 15.814.227 mil em 2011) e o RO de 50,2% (R\$ 2.938.709 mil para R\$ 4.412.909 mil) (ver tabela 5).

5.2.3 Indicadores Ambientais-IA

Nos IA observaram-se o crescimento nos valores monetários no período de R\$ 44.131 mil para R\$ 116.352 mil, ou 164,1% (tabela 6).

Considerando o % IA/RL temos uma evolução de 0,43% à 0,74%, ou 72,1% e %IA/RO evolução de 1,50% à 2,64%, ou 76,0% (tabela 6).

A hipótese proposta é: afirma-se que há aderência da empresa com a RSE se a empresa dedica o mesmo percentual de investimentos no período analisado, em pelo menos um dos indicadores analisados. Como informação auxiliar, verifica-se se houve evolução (crescimento), involução (diminuição) ou estabilização nos investimentos socioambientais.

Assim, procurou-se verificar se os valores anuais investidos em iniciativas sociais internas, externas ou ambientais obedecem a percentuais fixos sobre os valores FPB, RL, RO, ROB, LB, RAIP, RLE, CS e PL, para negação ou confirmação da hipótese que se propôs.

Os dados calculados na tabela 6 (IA) não evidenciaram as premissas constantes na hipótese, ou seja, não houve percentual fixo sobre os valores analisados no período, apesar da evolução nos desembolsos nos IA.

5.2.4 Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios-ISI-ESC

A composição de ISI-ESC está demonstrada na tabela 7. Ressalta-se o valor significativo de ESC, ou 29% do total de ISI, resultando no valor ISI-ESC de 71% dos ISI.

Os valores consignados nesta tabela 7 (ISI-ESC) são então utilizados para cálculo do percentual comparado sobre as Bases de Cálculos: Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB). Obtém-se assim, os indicadores comparados de desempenho referentes à ISI-ESC (Indicadores Sociais Internos excluindo Encargos Sociais Compulsórios) originando 9 (nove) indicadores comparados para análise (tabela 8).

Os indicadores de desempenho comparados, associados aos indicadores modelo IBASE, segundo os princípios do GRI e aqueles selecionados, de natureza voluntária, poderão atestar se há constância nos investimentos em ações sociais, que beneficiem as pessoas, pelo cálculo dos percentuais como o proposto. Os resultados encontrados refletem a aderência ou não da empresa nas ações em responsabilidade social e estão demonstrados na tabela 8.

Constata-se que os valores monetários de ISI-ESC sofreram redução, no período, de 36,3% ou R\$ 717.566 mil em 2007 para R\$ 457.079 mil em 2011.

Quanto aos indicadores comparados, no período, todos sofreram redução relevante (tabela 8), a saber:

- % de ISI-ESC/ROB, redução de 4,54% em 2007 para 2,00% em 2011 ou 56,0%, enquanto a ROB cresceu 44,5%;

- % de ISI-ESC/RL, redução de 7,00% em 2007 para 2,89% em 2011 ou 58,7%, contra um crescimento da RL de 54,4%;
- % de ISI-ESC/LB, redução de 18,30% em 2007 para 7,80% em 2011 ou 57,4%, contra um crescimento do LB de 49,4%;
- % de ISI-ESC/RO, redução de 21,85% em 2007 para 10,36% em 2011 ou 52,6%, enquanto a RO cresceu 50,2%;
- % de ISI-ESC/RAIP, redução de 24,42% em 2007 para 13,62% em 2011 ou 44,2%, enquanto o RAIP cresceu 14,2%;
- % de ISI-ESC/RLE, redução de 41,17% em 2007 para 18,92% em 2011 ou 54,0%, contra um crescimento do RLE de 38,6%;
- % de ISI-ESC/CS, redução de 29,50% em 2007 para 13,40% em 2011 ou 54,6%, enquanto o CS cresceu 40,3%;
- % de ISI-ESC/PL, redução de 8,53% em 2007 para 3,89% em 2011 ou 54,4%, contra um crescimento do PL de 39,7%;
- e finalmente, % de ISI-ESC/FPB, redução de 72,08% em 2007 para 40,38% em 2011 ou 44,0%, contra um crescimento da FPB de 13,7%.

Os dados contidos na tabela 8 (ISI-ESC) não evidenciaram as premissas constantes na hipótese, ou seja, não houve percentual fixo sobre os valores analisados no período. Observou-se redução em todos os indicadores analisados.

5.2.5 Indicadores Sociais Internos excluindo Tributos-ISE-T

A composição de ISE-T está demonstrada na tabela 9, em que se encontra presente o valor altamente relevante de T (tributos), desembolso obrigatório, ou 99,12% (R\$ 35.220.129 mil) do total de ISE (R\$ 35.534.290 mil), resultando no valor ISE-T de apenas 0,88% (R\$ 314.161 mil) dos ISE. Constata-se a insignificância dos valores voluntários de ISE desembolsados pela empresa, 0,88%, contra 99,12% de obrigatórios. Observaram-se que os valores monetários de ISE-T, apesar da irrelevância em relação ao total de ISE (0,88%), aumentaram, no período 124,2% ou R\$ 44.999 mil em 2007 para R\$ 100.897 mil em 2011.

Os valores demonstrados na tabela 10 (ISE-T) foram utilizados para cálculo do percentual comparado sobre as Bases de Cálculos, em que se obteve os indicadores comparados de desempenho referentes à ISE-T (Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos) originando 9 (nove) indicadores comparados para análise.

Os indicadores de desempenho comparados, associados aos indicadores modelo IBASE, segundo os princípios do GRI e aqueles selecionados, de natureza voluntária, poderão atestar se há constância nos investimentos em ações sociais, que beneficiem a sociedade ao qual está inserida, pelo cálculo dos percentuais como o proposto. Os resultados encontrados refletem a aderência ou não da empresa nas ações em responsabilidade social e estão demonstrados na tabela 10.

Constata-se que os valores monetários de ISE-T aumentaram, no período, 124,2% ou R\$ 44.999 mil em 2007 para R\$ 100.897 mil em 2011.

Quanto aos indicadores comparados, no período, constata-se um crescimento em todos os indicadores, de 2007 comparativamente a 2011 (tabela 10), a saber:

- % de ISE-T/ROB, crescimento de 0,28% em 2007 para 0,44% em 2011 ou 57,1%, enquanto a ROB cresceu 44,5%;
- % de ISE-T/RL, crescimento de 0,44% em 2007 para 0,64% em 2011 ou 45,5%, enquanto a RL cresceu 54,4%;
- % de ISE-T/LB, crescimento de 1,15% em 2007 para 1,72% em 2011 ou 49,6%, enquanto o LB cresceu 49,4%;
- % de ISE-T/RO, crescimento de 1,37% em 2007 para 2,29% em 2011 ou 67,2%, enquanto o RO cresceu 50,2%;
- % de ISE-T/RAIP, crescimento de 1,53% em 2007 para 3,01% em 2011 ou 96,7%, enquanto o RAIP cresceu 14,2%;
- % de ISE-T/RLE, crescimento de 2,58% em 2007 para 4,18% em 2011 ou 62,0%, enquanto o RLE cresceu 38,6%;
- % de ISE-T/CS, crescimento de 1,85% em 2007 para 2,96% em 2011 ou 60,0%, enquanto o CS cresceu 40,3%;
- % de ISE-T/PL, crescimento de 0,54% em 2007 para 0,86% em 2011 ou 59,3%, enquanto o PL cresceu 39,7%;
- por fim, o % de ISE-T/FPB, crescimento de 4,52% em 2007 para 8,91% em 2011 ou 97,1%, enquanto a FPB cresceu 13,7%.

Os dados contidos na tabela 10 (ISE-T) não evidenciaram os pressupostos constantes na hipótese, ou seja, não houve percentual fixo sobre os valores analisados no período. Observou-se crescimento em todos os indicadores analisados, apesar da pouca representatividade destes valores, 0,88% do total de ISE e não se verificou, por meio dos indicadores utilizados, uma aderência definida para RSE.

5.3 Discussão

Os dados relacionados aos indicadores ambientais (tabela 6) explicitam que no período de 2007 à 2011 houve aumento nos desembolsos, de R\$ 44.131 mil à R\$ 116.532 mil. Também não evidenciaram as premissas constantes na hipótese, ou seja, não houve percentual fixo sobre os valores analisados no período, apesar da evolução nos desembolsos em termos absolutos nos IA.

Com relação aos ISI-ESC os indicadores contidos nas tabelas 7 e 8 revelam uma redução nos desembolsos, no período analisado, de R\$ 717.566 mil para R\$ 457.079 mil. Demonstram também que não foram evidenciadas as premissas constantes na hipótese, ou seja, não houve percentual fixo sobre os valores analisados no período. Observou-se redução em todos os indicadores analisados.

Os dados contidos nas tabelas 9 e 10 (ISE-T) também não confirmaram a hipótese, ou seja, não houve percentual fixo sobre os valores analisados no período. Observou-se crescimento em todos os indicadores analisados, apesar da pouca representatividade destes valores, no caso 0,88% do total de ISE.

A tabela 11 contempla valores monetários investidos em ISI, ISE e IA, incluindo valores de natureza obrigatória, no período, demonstrando uma variação total entre 2011 e 2007 de R\$ 2.036.928 mil.

Considerando os investimentos socioambientais de caráter voluntário (tabela 12) observou-se uma variação total negativa de R\$ 132.188 mil.

5.4 Análise da aderência da empresa com a RSE, considerando os indicadores modelo IBASE, segundo os princípios do GRI, ISE, ISI e IA

Pela análise dos Investimentos Sociais Internos (ISI/IBASE) realizados pela CEMIG, no período de 2007 a 2011 pode-se inferir que houve redução. Considerados apenas valores monetários, sem ter sido feita correção pela desvalorização da moeda, esta redução foi de 24,1%. Pode-se atestar maior gravidade para afirmar a aderência da empresa no período com a RSE se considerar o crescimento da Receita Líquida (54,4%) e da Folha de Pagamento Bruta (13,7%). Os valores

relativos do ISI frente e RL e a FPB mostram percentuais menores entre os anos de 2007 e de 2011. ISI como percentual da RL teve redução de 50,8%, qual seja, em 2007 representava 9,45% da Receita Líquida, passando a 4,65% em 2011. Relativamente à Folha de Pagamento Bruta (FPB) observa-se que em 2007 era de 97,29%, diminuindo para 64,99% em 2011, qual seja, apresentando redução de 33,2%.

Já a análise, no período de 2007 a 2011, dos Indicadores Sociais Externos (ISE / IBASE) permite atestar um aumento nos valores monetários de 34,9% (sem ter sido feita correção pela desvalorização da moeda). Porém houve redução relativamente ao percentual da Receita Líquida (RL) e do Resultado Operacional (RO). Observa-se redução nestes percentuais de 12,6% neste período, de 61,49% em 2007 a 53,73% em 2011 (ISE como percentual da Receita Líquida). Já se comparamos o ISE com o Resultado Operacional tem-se redução de 10,2%, embora o RO tenha crescido em 50,2%.

A análise dos Indicadores Ambientais (IA/IBASE) leva a afirmar que houve crescimento de 164,1%, comprovando-se também pela análise dos percentuais relativos a Receita Líquida e ao Resultado Operacional. Este crescimento foi de 0,43% em 2007 à 0,74% em 2011 considerando Receita Líquida (72,1% no período). Com relação ao Resultado Operacional nota-se evolução de 1,50% do percentual do IA do RO para 2,64% em 2011 (76,0% no período).

A hipótese proposta na dissertação foi a de poder afirmar que haveria aderência à RSE se a empresa dedicasse o mesmo percentual de investimentos no período analisado, em pelo menos um dos indicadores analisados. Como informação auxiliar, a dissertação também verificou se houve evolução (crescimento), involução (diminuição) ou estabilização nos investimentos socioambientais.

Verificou-se que não houve percentual constante dos investimentos sobre os valores analisados. Deste modo, não é possível afirmar que a empresa orienta seus investimentos em RSE por uma política claramente definida, qual seja, dedica percentuais constantes de seus resultados em investimentos sociais e ambientais, não podendo afirmar que há uma aderência aos preceitos da RSE nos termos concebidos neste trabalho. Observou-se involução nos percentuais de investimentos

sociais internos e externos sobre os valores analisados no período e evolução dos investimentos ambientais. Se considerados valores absolutos, afirma-se que houve redução nos investimentos sociais internos e aumento nos valores absolutos de investimentos sociais externos e ambientais.

5.5 Análise da aderência da empresa com a RSE, considerando os indicadores selecionados, ISE-ESC , ISI-T

Os investimentos compulsórios (encargos sociais) representam parte significativa (29%) dos investimentos sociais internos (ISI). Desse modo o indicador selecionado (ISI-ESC) representa 71% do ISI / IBASE.

Os valores de Indicadores Sociais Externos excluindo Encargos Sociais Compulsórios – ISI-ESC foram comparados, com cálculo de seus valores como percentuais sobre Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB). Todos apresentaram diminuição em torno de 50% entre os anos de 2007 e 2011. Isto questiona a efetividade da aderência com os preceitos da Responsabilidade Social Empresarial concebidos neste trabalho, como divulgado pela empresa.

Os valores dos Indicadores Sociais Externos excluindo Tributos – ISE-T também mostram uma relevância ainda maior dos tributos, desembolso obrigatório. Os tributos representam 99,12% do total de ISE / IBASE. Com isso, constata-se a insignificância dos valores voluntários de ISE desembolsados pela empresa, 0,88%, contra 99,12% de obrigatórios. Embora essa irrelevância, notou-se aumento de 124,2% nos valores de ISE-T no período de 2007 a 2011.

Estes valores foram comparados, calculados como percentuais de Receita Operacional Bruta (ROB), Receita Líquida (RL), Lucro Bruto (LB), Resultado Operacional (RO), Resultado Antes dos Impostos e Participações (RAIP), Resultado Líquido do Exercício (RLE), Capital Social (CS), Patrimônio Líquido (PL) e Folha de Pagamento Bruta (FPB). Do mesmo modo que para os investimentos sociais

internos sem encargos, estes indicadores sem tributos tiveram uma redução em torno de 50%, considerada sua comparativa. Isto pode ser considerado ainda mais grave se observarmos que houve um aumento de 124,2% de 2007 para 2011.

Do mesmo modo que para a análise dos indicadores IBASE, não se pode afirmar que há uma aderência aos preceitos da RSE nos termos concebidos neste trabalho, considerada a hipótese de ela existir apenas se um dos indicadores apresentasse percentual fixo de investimentos sociais em alguns dos resultados da empresa. Sem os gastos compulsórios, os indicadores selecionados confirmam que a empresa não tem uma aderência aos preceitos da RSE nos termos concebidos neste trabalho, como divulgado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação avaliou, no período 2007 a 2011, a aderência ou não da CEMIG com práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), considerando seus investimentos socioambientais.

A publicação dos balanços sociais da empresa CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) permitiu esta análise.

Considerou-se que a RSE (Responsabilidade Social Empresarial) vai além dos investimentos expressos nos Balanços Sociais, selecionando-se indicadores que excluem pagamentos / investimentos compulsórios.

Os dados analisados no período de 2007 à 2011, a respeito da Responsabilidade Social Empresarial não permitem identificar relação/aderência direta entre investimentos em ações sociais e em mitigação de impactos ambientais ao resultado econômico.

A hipótese considerada neste trabalho não foi confirmada pela análise de indicadores em um período de tempo – 2007 a 2011, considerando a premissa de que a RSE refere-se a investimentos socioambientais de caráter voluntário.

A metodologia de estudo de caso com análise documental foi facilitada pelo fato de que as empresas do setor de Energia Elétrica - concessionárias para prestação de serviço, são obrigadas a fazerem a divulgação, em seus sítios e outros meios de comunicação, das medidas adotadas sobre questões socioambientais, como foi o caso da CEMIG.

A escolha da CEMIG como o caso analisado foi por ser empresa mineira, com projeção nacional e internacional e adotar modelo IBASE, segundo os princípios do GRI. Embora siga os preceitos para atingir o nível máximo de aplicação das diretrizes GRI, a empresa, sob as dimensões de investimentos ao longo do período analisado (2007 a 2011), não demonstra aderência tão efetiva com estes preceitos, pelos resultados da análise dos dados.

Os dados utilizados foram resultados contábeis/financeiros alcançados pela empresa CEMIG, num período de 5 anos (2007 a 2011), verificando a evolução de seus investimentos. Estes dados são apresentados nos Balanços Sociais, regulamentados pela ANEEL em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, publicados e norteados pelos princípios da GRI (*Global Reporting Initiative*), nas Demonstrações Financeiras e/ou Relatórios de Sustentabilidade, cuja metodologia é seguida pela CEMIG.

Do mesmo modo que para a análise dos indicadores IBASE, não se pode afirmar que há uma aderência aos preceitos da RSE nos termos concebidos neste trabalho, considerada a hipótese de ela existir apenas se um dos indicadores apresentasse percentual fixo de investimentos sociais em alguns dos resultados da empresa. Sem os gastos compulsórios, os indicadores selecionados confirmam que a empresa não tem uma aderência aos preceitos da RSE nos termos concebidos neste trabalho, qual seja, considerando o conjunto de Investimentos socioambientais, de caráter voluntário. Assim, pode-se concluir que a empresa não atingiu uma aderência aos preceitos da RSE.

A hipótese elencada neste trabalho de que existiria política de RSE se a empresa dedicasse o mesmo percentual de investimentos no período analisado não foi confirmada por meio dos dados e indicadores apresentados ao longo da dissertação.

Fica o seguinte questionamento: Há critério utilizado pela empresa para determinação dos valores aplicados em investimentos socioambientais? Se existirem, quais seriam? Futuras pesquisas poderão abordar o tema neste contexto.

REFERÊNCIAS

ALLEDI, C; QUELLAS, O. L. G. **A sustentabilidade das organizações e a gestão da ética, transparência e responsabilidade social corporativa**. 2002. 63 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistema de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2002.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=160>>. Acesso em: 10 out. 2012.

AUGUSTO, E.; TAKIMURA, M. Falha no sistema: os indicadores socioambientais corporativos em xeque. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 12, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

AUGUSTO, E.; YANAZE, M. H. Por um novo balanço social: muito além dos cânones da comunicação corporativa. **Revista Comunicare**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2008.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BERNARDO et al. Responsabilidade social empresarial: uma análise dos Balanços Sociais das Sociedades Anônimas de Capital Aberto. *In*: ENANPAD, 29., 2005 Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

BJÖRKLUND, Maria. **Linking strategic logistic schangeto labor right**. Social Responsibility Journal, 2010, Vol. 6 Iss: 4, p.580 – 592.

BM&FBOVESPA. **Índice de sustentabilidade empresarial**. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2010.

BORGER, F. G. **Responsabilidade social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 2001. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde04022002105347/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

BOWEN, H. R. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper & Row, 1953.

CARROLL, A. B. A three dimensional model for corporate performance. **Academy of Management Review**. Ada, Georgia, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras 2007**. Belo Horizonte: CEMIG, 2008. Disponível em: <http://CEMIG.infoinvest.com.br/relatorios_anuais/2007/sources/portug/pdf/financeiro_p.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras: grupo CEMIG: relatório de administração 2008**. Belo Horizonte: CEMIG, 2009. Disponível em: <http://CEMIG.infoinvest.com.br/relatorios_anuais/2008/sources/portug/relatorio/financeiroP.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras CEMIG: relatório de administração 2009**. Belo Horizonte: CEMIG, 2010. Disponível em: <http://CEMIG.infoinvest.com.br/relatorios_anuais/2009/pdfs/Demonstracoes_Financeiras_P_2009.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras: relatório de administração 2010**. Belo Horizonte: CEMIG, 2011. Disponível em: <http://CEMIG.infoinvest.com.br/relatorios_anuais/2010/ANEXO_Demonstraes_Financeiras_2010.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Relatório anual e de sustentabilidade 2011**. Belo Horizonte: CEMIG, 2012 a. Disponível em: <http://CEMIG.infoinvest.com.br/relatorios_anuais/2010/ANEXO_Demonstraes_Financeiras_2010.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras 2011**. Belo Horizonte: CEMIG, 2012b. Disponível em: <http://CEMIG.infoinvest.com.br/relatorios_anuais/2010/ANEXO_Demonstraes_Financeiras_2010.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Nossa história**. Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-r/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/linha_do_tempo.aspx. Acesso em: 23 mar. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/>>. Acesso em 28 maio 2013.

CONCEIÇÃO, S. H. D. *et al.* Nível de comunicação e fatores determinantes no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (rsc): um estudo com companhias do segmento de energia elétrica listadas na BOVESPA. *In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE*, 8, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

DAVIS, K. Can business afford to ignore social responsibilities? **California Management Review**, Spring, Berkeley, v. 2, n. 3, p. 70-76, 1960.

DOW JONES SUSTANABILITY INDEX – DJSI. Disponível em:
<<http://www.sustainability-index.com/>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

DRUCKER, P. F. The new meaning of corporate social responsibility. *In: Califórnia Management Review*, Winter, Barkeley, v. 26, n. 2, p. 53-63, 1984.

ETHOS. Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em:
<<http://www.ETHOS.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2012.

FARIA A.; SAUERBRONN, F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 7-34, 2008.

FESTA, Eduardo. **Responsabilidade Social Empresarial na Terceirização do Transporte Rodoviário de Cargas**: a influência do transportador autônomo na rota São Paulo-Manaus. 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2011.

FISCHER, R. M. **A responsabilidade pelo desenvolvimento**. Texto de Apoio à Prova de Erudição do Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

GLOBAL COMPACT. Disponível em:
<http://www.unglobalcompact.org/Languages/spanish/Los_Diez_Principios.htm>.
Acesso em: 10 dez. 2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em:<<http://www.globalreporting.org>>.
Acesso em: 15 set. 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para o Relatório de Sustentabilidade, 2006 GRI**: versão 3.0. 2006. Acesso em: set. 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **G4 Diretrizes para o Relatório de Sustentabilidade, GRI**: versão 4.0. 2013. Acesso em: jul. 2014.

GONÇALVES, E. L. (Org.). **Balanço Social da Empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GONZALEZ, Roberto. **O Setor de Energia Elétrica**. Gazeta Mercantil, São Paulo, set. 2006. Disponível em: <http://www.gazetamercantil.com.br/internaPortalExterno.aspx?hotsitespublicacaoesmiolo_publicacoes.htm> Acesso em: 10 fev. 2014

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

JONES, T. M. Corporate social performance revisited, redefined. **Califórnia Management Review**, Spring, Berkeley, v. 22, n. 3, p. 59-67, 1980.

KASSAI, L. O Balanço do Futuro. **Revista Guia Exame de Sustentabilidade**, São Paulo, p. 114-6, 2007.

MACEDO, J. M. A. *et al.* Responsabilidade social e reputação corporativa: uma investigação sobre a percepção dos stakeholders numa concessionária de energia elétrica nordestina. **Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)**, USP, São Paulo, v. 5, n. 11, 2011.

MACHADO, R.M, MACHADO, M.A.V, CORRAR, L.J. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**. FURB. V.5, n.2. p. 24-38, abr./jun., 2009. Disponível em www.furb.br/universocontabil

MCGUIRE, J. W. **Business and society**. New York: McGraw-Hill, 1963.

MILANI FILHO, M. A. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2007.

MURCIA, F. D. *et al.* Mapeamento da Pesquisa sobre *disclosure* ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997-2007. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, p. 72-95, maio./ago. 2009.

OLIVEIRA, J.A.P. De. **Uma Avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores**. v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul. 2005. <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf>

PINTO, A. L.; RIBEIRO M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, São Paulo, n. 36, p. 21-34, set./dez. 2004.

PONTE, V. M. R. *et al.* Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre balancedscorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006. *In*: CONGRESSO ANPCONT, 1, 2007, Gramado. **Anais...** Gramado: FURB, 2007. p. 67.

RODRIGUES, S. S. O valor agregado das empresas socialmente responsáveis. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 08 mar. 2013, Direito & Justiça. Disponível em: <http://www.cliptvnews.com.br/mma/intranet/pdf/amplia_pdf.php?id_noticia=1811>. Acesso em: 08 mar. 2013.

ROLIM, G. P. **Responsabilidade Social Empresarial na terceirização do transporte rodoviário de cargas: estudos de caso na região de piracicaba**. Iniciação Científica (Relatório Parcial) – Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, UNIMEP, Santa Bárbara d'Oeste, 2013.

SANTANA, N. B. *et al.* Investimento em responsabilidade sócio-ambiental de empresas distribuidoras de energia elétrica: uma análise por envoltória de dados. **Revista Gestão Industrial - ISSN1808-0448**, Ponta Grossa, v. 2, n. 4, p.124-139, 2006.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SMITH, N. C. Corporate Social Responsibility: whether or how? **California Management Review**, California, v. 45, n. 4, p. 52-76, 2003.

SOARES; S. V.; LANZARIN, J.; PFITSCHER, D. E. **Investimentos Sociais e Ambientais de uma Instituição Financeira: Evidenciação por meio de Balanço Social**. RC&C- Revista de Contabilidade e Controladoria- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v.3, n.2, p 57-77, maio./ago. 2011.

SORATTO, A. N.; *et al.* Sistema da gestão da responsabilidade social: desafios para a certificação NBR 16001. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 2, n. 4, p. 13-25, 2006.

TINOCO, J. E. P. **Balanco Social**: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

TREVISAN, F. A. Balanço Social como Instrumento de Marketing. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a17.pdf>>. Acesso em: 15 dez.2012.

VOLTOLINI, R. **Conversas com Líderes Sustentáveis**. O que aprender com quem fez ou está fazendo a mudança para a sustentabilidade. 1 edição; Editora Senac, São Paulo. 2011